

INTRODUÇÃO

O debate feito a respeito da sustentabilidade vem sendo intensamente discutido por seu aspecto holístico que envolve questões políticas, econômicas, sociais e ambientais. Para se tratar o conceito de desenvolvimento sustentável e entender o que realmente significa o termo sustentabilidade é necessário que antes, porém, se trate sobre a gênese que norteia o surgimento desse debate.

O presente trabalho se propõe a trabalhar algumas das principais visões no âmbito do pensamento econômico acerca do desenvolvimento, visando entender o desenvolvimento sustentável. Esta breve análise tem como objetivo encontrar indícios, dentro da teoria econômica, sobre o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável.

A importância dada a relação economia, meio ambiente e fatores sociais pode ser observada antes mesmo da formulação de uma teoria do desenvolvimento, desde os teóricos clássicos. Contudo, este arrolamento (economia, meio ambiente e fatores sociais) acontecia de forma incipiente.

O conceito de desenvolvimento, como entendido atualmente, entrou em construção a partir do período pós II Guerra Mundial quando ganhou reconhecimento nas Ciências Econômicas. Os movimentos sociais que aconteceram na década de 1960, como o movimento *hippie* e a aderência da população às políticas esquerdistas, além das projeções catastróficas a cerca da escassez dos recursos naturais ascendeu na sociedade uma preocupação diferente com esse desenvolvimento. Diante desse contexto histórico, uma nova forma de se desenvolver passa a ser refletida: o desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu com o nome de ecodesenvolvimento nos primeiros anos da década de 1970. A partir de então, as discussões quanto aos problemas ambientais ganhavam enfoque. Da Conferência de Estocolmo em 1972 ao Relatório Brundtland, considerando a Eco92, vários foram os debates em torno da urgência em se pensar o desenvolvimento sustentável.

Este desenvolvimento que abrange, sobretudo, fatores econômicos, sociais e ambientais, foi conceituado por autores como Ignacy Sachs, José Eli da Veiga, Hans Michel van Bellen que

aqui serão tratados. Neste sentido, é válido elucidar uma breve relação teórica e prática a respeito do desenvolvimento sustentável e uma relação deste com a economia.

Diante do exposto, em uma análise a respeito sustentabilidade nota-se que as empresas têm buscado resultados financeiros cada vez maiores e que garantam sua permanência em um mercado competitivo. Entretanto, o custo ambiental e também o social suscitados de suas atividades não têm sido, de acordo com a história, mensurados e internalizados.

Por muito tempo, o meio ambiente, assim como afirmava David Ricardo, foi tratado como uma fonte de riqueza, mas como sendo comum, à disposição de todos, gratuita, ou seja, comunal. Assim, os custos sociais e econômicos provenientes da degradação ambiental ainda têm sido considerados como externos ao balanço da empresas.

No entanto, esses debates e os primeiros movimentos sociais em defesa do meio ambiente e de uma sociedade mais “justa”, a partir dos anos 1960, levaram às empresas uma cobrança e uma urgência em se crescer economicamente em consonância com uma inclusão social justa e sem degradar o meio ambiente.

Neste cenário, de cobrança relativa à sustentabilidade corporativa, as empresas de celulose e papel têm sido vastamente criticadas. Essas críticas justificam-se pelo setor de celulose e papel ser intensivo em capital e mão-de-obra, ter uma base florestal, apresentar um viés exportador, e por favorecer a concentração fundiária.

O setor brasileiro de celulose e papel assume uma posição de destaque no cenário econômico nacional e internacional. Com uma história de inserção nesta área ainda recente, o Brasil ocupa a 4ª posição entre os maiores produtores de celulose, a 1ª posição na produção de celulose de fibra curta de mercado e é o 9º maior produtor de papel (BRACELPA, 2011).

No Brasil, as condições climáticas para produção da celulose de eucalipto são consideradas as melhores do mundo. O país que leva sete anos em média para concluir um ciclo para o corte do eucalipto tem na considerada alta rotatividade uma grande vantagem em comparação aos demais países produtores de eucalipto para celulose. A utilização de 100% de florestas

plantadas¹ como fonte de matéria-prima é motivo de destaque às empresas deste setor e leva mais uma vantagem a produção brasileira (BRACELPA, 2011).

Atuando na produção de celulose e papel deste setor, na região Extremo-Sul da Bahia, estão implantadas as empresas Veracel, em Eunápolis, e uma das unidades Suzano, em Mucuri. Estas, juntas, respondem por quase todos os 527 mil hectares de área plantada de eucalipto na Bahia, a maior área plantada no Brasil (BRACELPA, 2011).

Diante do exposto, a presente pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: as empresas Veracel e Suzano, localizadas no Extremo-Sul do estado da Bahia, em suas atividades, têm considerado a sustentabilidade ambiental, social e econômica?

Sendo assim, o objetivo principal do presente estudo é analisar o tratamento corporativo dado à questão da sustentabilidade pelas empresas que atuam no setor de celulose e papel. Neste sentido, serão analisadas as empresas Veracel e Suzano que estão presentes na Bahia, e para tanto, avaliar-se-á os relatórios de sustentabilidade das respectivas empresas para os anos de 2006 a 2010.

Antes, porém, no intuito de melhor avaliar as empresas, far-se-á uma revisão teórica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável como parâmetro para entender se esse setor, baseando-se na análise das indústrias presentes no extremo-sul baiano, têm construído e implementado em seu processo produtivo questões inerentes à sustentabilidade.

A abordagem deste trabalho tem um formato descritivo e analítico. Do ponto de vista da sua natureza, a pesquisa é aplicada ao setor de celulose e papel. A investigação bibliográfica será utilizada como procedimento técnico e será elaborada a partir de materiais já publicados como livros, teses, dissertações, artigos, sítios eletrônicos e com base nos relatórios de sustentabilidade de 2006 a 2010 das duas empresas objeto de estudo e das informações públicas por elas divulgadas.

Para fins de estudo, a presente pesquisa não procura fazer inferências de seus resultados para todas as empresas do setor, pois analisa os casos específicos das duas empresas presentes no

¹ Floresta plantada não é um termo amplamente aceitável para os estudiosos, pois há uma vertente teórica que afirma não existir floresta plantada, tal como se divulga. O conceito de floresta está atrelado ao conceito de biodiversidade, impossível de existir em uma monocultura (BRASIL, 2005).

Extremo-Sul da Bahia. No entanto, por essas empresas serem líderes no setor, a pesquisa aponta um direcionamento geral.

O trabalho tem uma delimitação temporal, pois analisa as práticas sustentáveis nas empresas no período de 2006 a 2010, haja vista estes serem os últimos relatórios divulgados pelas empresas que têm um histórico de apresentação dos mesmos ainda recente. A partir do ano de 2004 no caso da Suzano e de 2005 no caso da Veracel. Esta pesquisa também é delimitada metodologicamente, por não haver uma fundamentação em pesquisas de campo como entrevistas, aplicação de questionários e observação sistemática, postas as dificuldades das empresas em fornecerem mais dados.

Estruturalmente, de início, o intuito deste trabalho será estabelecer uma linha histórica para se entender a sustentabilidade com base no conceito de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, estabelecido o conceito de desenvolvimento sustentável, far-se-á um mapeamento do setor de papel e celulose no Brasil bem como será abordada suas principais características e sua importância econômica para se entender a relevância desse setor na economia nacional.

Concluída essa etapa será feita uma análise comparativa, utilizando as diretrizes de sustentabilidade *GRI*², avaliando à dimensão da sustentabilidade as indústrias de celulose presentes no extremo-sul baiano.

Assim, este trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo faz a análise do conceito de desenvolvimento sustentável e sua origem, bem como da sua relação com a Economia. O segundo capítulo descreve o setor de celulose e papel no Brasil e no mundo, verificando questões tais como: origem, produção, mercado consumidor, estrutura de mercado e principais produtores. O terceiro capítulo examina as indústrias de celulose e papel presentes no extremo-sul da Bahia (Suzano e Veracel) sob o conceito da sustentabilidade.

² O GRI, ou Global Reporting Initiative é uma organização não governamental que não tem fins lucrativos. Fundada em 1997 a mesma opera em rede, com mais de três mil consultores no mundo. Como objetivo a GRI define critérios globais que permitam proporcionar uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades. Com isso, a GRI contribui para que as organizações demonstrem transparência em relação aos impactos econômicos, ambientais e sociais, com base em critérios e indicadores globais (ETHOS, 2011).

1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este capítulo discute alguns aspectos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento sustentável, visando construir uma base teórica, conceitual e metodológica capaz de fundamentar a pesquisa. Para tanto, são apresentadas breves considerações sobre o contexto histórico, principais debates e sua relação com a economia a partir do qual seja possível pensar o conceito.

1.1 Precedentes para se pensar o Desenvolvimento Sustentável

A discussão a respeito da sustentabilidade associada ao desenvolvimento se constitui como idéia central de um pensamento acadêmico multidisciplinar que tem como intuito harmonizar homem, meio ambiente e desenvolvimento. No entanto, discutir tais conceitos implica em uma retomada ao passado na busca de sua gênese.

Segundo Brue (2005) a Economia Clássica, no século XVIII, lançou as bases de uma economia moderna que beneficiou as novas gerações com suas conquistas e percepções. No entanto, essa favoreceu principalmente o acúmulo de capital e o crescimento econômico, deixando questões como o desenvolvimento ausente.

Em síntese, foi um período do liberalismo onde havia uma discriminação quanto à presença do Estado interventor. Existia uma valoração da liberdade e da iniciativa individual, da propriedade privada e das leis de mercado. Segundo Smith, em o Tratado sobre a Causa da Riqueza das Nações, uma chamada mão-invisível tenderia a harmonia de interesses³ que por sua vez atenderia aos interesses de toda a sociedade levando bem estar (BRUE, 2005).

As questões ecológicas e sociais não foram tratadas de modo aprofundado pelos teóricos da época, pois estes se preocupavam, sobretudo, com o crescimento da economia. No entanto, na

³ David Ricardo foi uma exceção, pois não acreditava na harmonia de interesses (BRUE, 2005).

visão de David Ricardo pode ser encontrada uma importância dada aos bens naturais no processo produtivo, apesar destes não serem considerados como bens exauríveis.

Na história econômica, observam-se vários precursores da discussão sobre desenvolvimento em geral, e do desenvolvimento sustentável. Para Malthus, Bentham e Stuart Mill, ainda no século XVIII, caberia ao Estado promover o bem-estar social e o crescimento econômico. Ainda dentro da escola clássica houve aqueles que alertaram para as questões de escassez e os limites do crescimento da economia.

Na Economia, a idéia de bem-estar social pode ser percebida como uma forma primitiva de se pensar o desenvolvimento, que insere questões qualitativas, dissonante ao conceito de um simples crescimento quantitativo. Analisando os aspectos econômicos, para a economia do bem-estar a dimensão social é muito importante e neste sentido, alguns economistas se destacaram por suas contribuições, tais quais: Pareto, Pigou, Von Mises, Oscar Lange, dentre outros (BRUE, 2005).

Pigou, por exemplo, insere nas questões econômicas o termo externalidade que a considerando negativa, atualmente, essa serve para explicar a dificuldade de se mensurar nas negociações econômicas situações externas e indiretas como: a poluição das águas, do ar, a contaminação e devastação das terras (BRUE, 2005).

1.2 Evolução do Conceito de Desenvolvimento

A abordagem a respeito do desenvolvimento econômico, apesar de ter se destacado nas últimas décadas, é bem mais recente que a preocupação com o crescimento econômico. Até então o principal objetivo consistia em elevar o poder econômico dos poucos que detinham o poder em detrimento da melhora da qualidade de vida de toda a população (SOUZA, 1997).

Para Souza (1997) a abordagem do desenvolvimento como problema econômico somente ganha ênfase a partir das flutuações econômicas do século XIX. A industrialização, como não surgiu de forma uniforme em todos os países e regiões, intensificou as desigualdades econômicas evidenciando o crescimento mais do que proporcional de alguns centros.

No início do século XX, em sua obra, *O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico*, Schumpeter elaborou uma teoria do desenvolvimento econômico. O autor atribuiu à idéia de desenvolvimento o rompimento no equilíbrio representado pelo Fluxo Circular de Renda, explicando que esse rompimento acontece com a introdução de *inovações* na economia (SCHUMPETER, 1992).

No entanto, a teoria do desenvolvimento de Schumpeter é considerada razoavelmente superficial, pois ela não tenta explicar todo o desenvolvimento econômico, mas somente aquele que se verifica no sistema capitalista (MORICOCI; GONÇALVES, 1994).

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento ganhou respaldo somente a partir do período pós II Guerra Mundial quando os economistas buscaram na História Econômica os elementos para a construção de uma teoria do desenvolvimento. Logo, duas correntes teóricas se destacaram na discussão acerca deste conceito. A primeira acredita que o termo desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico. A segunda corrente afirma que o crescimento é condição necessária, mas não suficiente para uma sociedade alcançar o desenvolvimento (SOUZA, 1997).

Segundo Brue (2005), nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial surgiram várias teorias que expandiram o conhecimento sobre crescimento e desenvolvimento. Roy F. Harrod e Evsey Domar, em 1947, elaboraram um modelo de crescimento keynesiano onde o caminho para uma economia crescer é considerado instável e crescimento é sinônimo de desenvolvimento.

Em seguida, o neoclássico Robert M. Solow, em 1951, fez uma análise diferente da de Harrod-Domar chegando à conclusão de que a economia se ajusta internamente para que haja um crescimento equilibrado que tende a um ponto estável. No entanto, assim como muitos outros teóricos Solow ainda considerava desenvolvimento como sinônimo de crescimento.

Porém, a segunda corrente que afirmava ser o crescimento uma condição necessária, mas não suficiente para se alcançar o desenvolvimento logo começou a se destacar. Segundo Passos (2008),

Só a partir dos anos de 1960 é que o conceito de desenvolvimento econômico passa a considerar o processo de crescimento econômico conjugado com melhorias na qualidade de vida da população, como a diminuição dos níveis de pobreza, de

desemprego e desigualdade, a melhoria das condições de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte (PASSOS, 2008, p.18).

Adotando essa idéia de desenvolvimento, que pelo menos na teoria inclui essas diversas melhorias, diante dos tantos teóricos que estudaram a cerca do desenvolvimento, Clóvis Cavalcanti (2011) acredita que é válido ressaltar a figura do brasileiro Celso Furtado. Este se figura como uma importante contribuição intelectual e singular a respeito do chamado desenvolvimento que realmente deveria se atentar não só aos aspectos econômico, mas como também aos aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais.

Com uma visão mais interdisciplinar que a grande parte dos economistas, Furtado foi mais do que um economista no estudo do desenvolvimento. Ainda na visão de Cavalcanti (2011), a obra de Furtado (1974) não se preocupa simplesmente em esclarecer o que é desenvolvimento, mas, ele é radical e acredita que o desenvolvimento que ele considera "simplesmente irrealizável" consistiria na "idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos".

Ainda retratando o que vem a ser o desenvolvimento, para Veiga (2008, p.33) é na obra de Sen (1999) que se encontram os fundamentos para o que se pode considerar como “caminho meio, entre a miopia que reduz o desenvolvimento ao crescimento, e o derrotismo que o descarta como inexecutável.” Pois, há aqueles que acreditam que a idéia de desenvolvimento é uma crença, algo irrealizável, ilusão, ou manipulação ideológica.

Assim, Veiga (2008) afirma que é necessário:

[...] reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade no combate às absurdas privações, destituições e opressões existentes em um mundo marcado por um grau de opulência que teria sido difícil até de imaginar um ou dois séculos atrás. (VEIGA, 2008, p. 33).

Logo, em situações de desenvolvimento, o sujeito deveria ter mais liberdade de escolha e de ser o que ele quer ser na vida. O desenvolvimento seria então a expansão das liberdades humanas, como o direito básico de viver o máximo possível. Em suma, a liberdade de oportunidades em sua amplitude.

1.3 O Conceito de Sustentabilidade

Pode-se afirmar que a origem do conceito de sustentabilidade está na preocupação com o uso dos recursos naturais e com o fator homem como ser social dentro das relações econômicas. Segundo Lopes (2007) a sustentabilidade como conceito expressa sobrevivência. Esta implica na perenidade dos empreendimentos humanos e do planeta. Para tanto, o desenvolvimento sustentável seria o planejamento e a execução de ações dos governos ou das empresas, em âmbito local, nacional ou global.

Considera-se que a sustentabilidade do desenvolvimento atende de forma simultânea, as dimensões econômica, ambiental e social. Logo pode-se compreender que nessa abordagem há uma relação entre os fatores de produção, classificados em três tipos: terra, capital e trabalho (VEIGA, 2008).

O fator terra refere-se às florestas, aos recursos naturais encontrados no subsolo (petróleo, carvão e minérios em geral), à água armazenada em sua superfície, às terras cultiváveis do solo e demais recursos naturais, ou seja, ao capital natural. O fator capital propriamente dito inclui os instrumentos criados para modificar a natureza, como os equipamentos, as instalações, as máquinas, as fábricas. O fator trabalho pode ser entendido como o capital humano que compreende questões como educação, nível de treinamento, e demais capacidades intelectuais e físicas que possam interferir no processo de produção.

Para Veiga (2008), existem três vertentes através das quais o conceito de sustentabilidade pode ser explicado: uma otimista, outra pessimista e outra intermediária. A primeira baseia-se na chamada curva de Kuznets ambiental (CKA), ou curva do “U invertido”, retratada a baixo. Esta explica que crescimento econômico é compatível com a qualidade dos recursos naturais. Assim, o meio ambiente só é degradado até se atingir certo nível de renda *per capita*. Atingido esse nível estável de renda, o inverso acontece e o crescimento econômico passa a ser um fator favorável às condições ambientais.

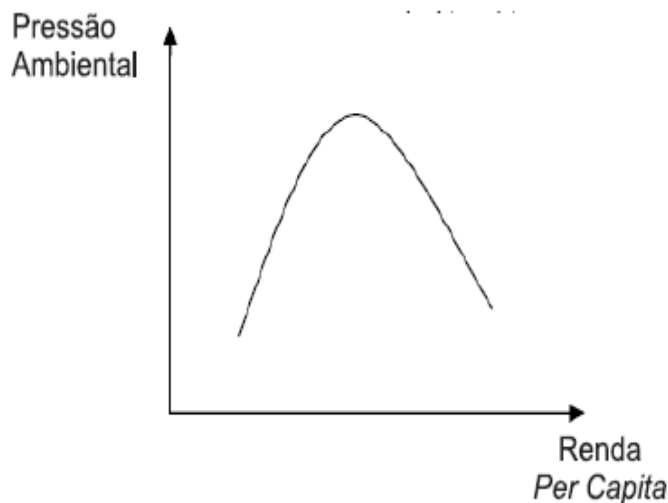


Gráfico 1: Curva de Kuznets
Fonte: Elaboração própria

Esse conceito otimista da CKA surgiu na década de 1990 para descrever que em dado tempo a poluição de um país é resultado do desenvolvimento econômico. Assim, nessa curva, num primeiro estágio, quando o crescimento ocorre em um país a poluição inicialmente cresce, pois os aumentos na produção geram emissões de poluentes a este país, dado seu baixo desenvolvimento este não coloca como prioridade o controle ambiental. Uma vez que o país passa a ser significativo no mercado internacional dentre suas prioridades é considerada a proteção da qualidade ambiental. Assim, a análise da curva permite a constatação de que se for forte o efeito renda desse determinado país a poluição entrará em declínio o que significa que a melhoria ambiental sobrevém ao crescimento econômico (CARVALHO; ALMEIDA, 2010).

A corrente otimista ainda alega que quanto maior for a riqueza do país, medida em PIB *per capita*, maior é a contribuição do país para melhoria da qualidade do meio ambiente. Então, o crescimento seria uma alternativa para evitar a exaustão dos recursos naturais. Para estes pensadores, pertencentes à linha ortodoxa, os três fatores de produção são substituíveis. Se um está escasso aumenta-se a utilização de outro para compensar. Assim, os recursos naturais são considerados substituíveis. Não existindo limites naturais, estes recursos não são entendidos como finitos e sempre haverá um substituto para os que entram em escassez. A tecnologia através de suas inovações tende, nessa visão otimista a superar os empecilhos ao crescimento econômico.

Em contraposição aos argumentos dos teóricos otimistas, a corrente pessimista, cujo principal teórico é Nicholas Georgescu-Roegen, admite que os recursos naturais são prejudicados pelo crescimento econômico. Isto é, terra, capital e trabalho não são substituíveis e sim complementares. Para os pessimistas, o pensamento de maximizar a permanência da vida no planeta não admite o crescimento econômico, pois este interfere na sustentabilidade do planeta, sendo esta a visão mais utilizada no entendimento a respeito da sustentabilidade.

Já a corrente intermediária, para Veiga (2008), entende que não existe equivalência entre o capital natural, humano e físico, a ponto desses serem considerados substituíveis. Para a corrente intermediária o problema está em como se mede a riqueza de um país. A utilização do Produto Interno Bruto como instrumento de mensuração de crescimento é considerado impreciso, pois este não mede a riqueza com probidade por não incluir os recursos naturais e humanos em sua análise, por exemplo.

Assim, buscando um caminho prático e razoável, os defensores dessa última corrente afirmam que a precificação do capital natural, que deixa de ser considerado um bem gratuito, seria uma maneira de recalcular a riqueza não mais pelo PIB, mas pelo estoque. Para esta corrente, o crescimento econômico não é desprezível como acreditam os pessimistas, mas este não pode ocorrer de forma impetuosa, pois os recursos naturais são considerados finitos.

1.4 A Importância dada aos Problemas Ambientais: do Clube de Roma à Eco-92.

Postas algumas considerações a respeito da sustentabilidade do desenvolvimento. Assim, nas décadas que sucederam os anos 1960, o mundo viu no movimento *hippie* um questionamento sobre a forma como vivia a sociedade. Vários países ocidentais então aderiram às políticas denominadas esquerdistas, como a vitória do governo Kennedy nos Estados Unidos, a centro-esquerda na Itália, e os trabalhistas no Reino Unido e também no Brasil. O feminismo, os movimentos civis em favor dos negros e homossexuais e uma revolução na Igreja Católica com o Concílio Vaticano II, por exemplo, mudava a forma de como se pensar uma sociedade.

Quanto às ações intrinsecamente ambientais, May, Lustosa e Vinha (2003) afirmaram que:

Foi na década de 1960 que a questão ambiental entrou definitivamente na agenda de pesquisa dos economistas. As projeções catastróficas a cerca da finitude dos recursos naturais evidenciaram a falta de atenção aos aspectos ecológicos dos modelos econômicos. Autores como Keneth Boulding, Herman Daly e Nicholas Georgescu-Rogen, foram precursores dessa “ecologização” da economia, que por sua vez assumia um caráter cada vez mais científico, no sentido de tornar-se uma ciência exata (MAY; LUSTOSA; VINHA, 2003, p. XI).

Diante deste contexto histórico surgem então os primeiros movimentos sociais de defesa ao meio ambiente e à condição de vida das gerações atuais e futuras. Dessa forma, passa-se a se entender a importância do desenvolvimento e uma nova forma de se desenvolver passa a ser refletida: o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, entende-se que discutir o desenvolvimento sustentável implica em questionar também a qualidade de vida do cidadão em longo prazo e muitos têm sido os teóricos que vem debatendo esse desenvolvimento. Todavia, antes da afirmação, recente, deste termo foi formulado o conceito de ecodesenvolvimento, como uma opção de política de desenvolvimento.

Vale ressaltar que toda essa discussão baseia-se em um conjunto de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável que, contudo, não possui uma teoria, mas sim conceitos bem expressivos relacionados ao assunto.

Num contexto controverso do debate entre a defesa do meio ambiente, que contrapunha aos que defendiam o crescimento econômico, o Clube de Roma elaborou o relatório *The limits to growth*, em 1972, que pregava o crescimento zero, ou um não crescimento, como a opção mais plausível para se evitar uma catástrofe ambiental (BELLEN. 2005).

Foi nesse período da década de 1970, nos anos pós era de ouro (décadas de 1950 e 1960), que a consciência dos limites naturais surgiu de forma mais parecida tal como se nota nos dias de hoje.

Em 1972, a Conferência de Estocolmo, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), e o Relatório de Founex inseriram as apreensões ambientais na agenda internacional, quando passa a se notar que os recursos naturais não devem ser explorados indiscriminadamente, dada a observação da escassez dos mesmos. É ressaltado, também, que os problemas relevantes ao meio ambiente acontecem em escala mundial e crescem de forma exponencial.

Em junho de 1973, o canadense Maurice Strong, primeiro diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), mencionou pela primeira vez em uma conferência o termo *ecodesenvolvimento* (LEFF, 2000).

A declaração de Cocoyoc, em 1974, e o relatório da Fundação Dag-Hammar-Skjöld, em 1975, juntamente com os acontecimentos já elencados vieram trazer, de acordo com Sachs (1993), uma:

[...] mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas na promoção de um desenvolvimento sócio-econômico equitativo, ou o *ecodesenvolvimento*, uma expressão que foi mais tarde rebatizada pelos pesquisadores anglo-saxões como Desenvolvimento Sustentável (SACHS, 1993, p.30).

A partir de então, as discussões a respeito de desenvolvimento sustentável cresceram e ganharam grandes repercussões. Uma série de debates nos últimos anos da década de 1970, do século passado, foi realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) juntamente com as diversas Comissões Econômicas Regionais das Nações Unidas.

Como resultado destes debates, em 1987, foi elaborado o Relatório de Brundtland, em referência a Gro Harlem Brundtland que presidiu tal discussão em Oslo, em 20 de março de 1987. Neste evento foi feita, pela primeira vez, uma abordagem do *ecodesenvolvimento*, ou desenvolvimento sustentável. Estes fizeram, tal como ainda é utilizada usualmente, a seguinte análise:

A humanidade é capaz de tomar o desenvolvimento sustentável, de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites - não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas, tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico (CMMAD, 1991, p.25).

Nesse Relatório, que pode ser entendido como o regimento oficial dado ao desenvolvimento sustentável, são tratadas questões inerentes às preocupações comuns de um futuro ameaçado. Outros destaques no Relatório tratam do bem-estar da população, da segurança alimentar com seu devido potencial, da proteção às espécies e aos ecossistemas, de opções de fontes de energia limpa, de uma indústria que aumente sua produtividade com menos recursos e de uma reavaliação da urbanização.

Neste sentido, a CMMAD (1991) sugere um esforço singular da sociedade na administração das áreas comuns que promova paz, segurança, desenvolvimento e proteção do meio ambiente. Tudo isso legislado por uma nova proposta de mudança institucional que assegure os ideais defendidos.

Desse debate a respeito das questões alternativas ao desenvolvimento em Brundtland uma nova Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a chamada Eco-92, foi convocada. No Brasil, o que ficou conhecido como Rio-92 debateu e chamou a atenção para uma urgente necessidade de se planejar para a sociedade uma nova possibilidade de se gerir uma economia sustentável, que se baseasse em um modelo econômico de equilíbrio com as necessidades ambientais e neste sentido, menos consumista.

Realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, a Rio-92 tinha como objetivo estabelecer uma nova e justa parceria global, mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos. Reafirmando o que foi debatido vinte anos antes, na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, em Estocolmo, a Rio-92 teve como intuito trabalhar acordos internacionais que respeitassem os interesses de todos e protegessem a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento (ONU, 1992).

Como resultado dessa Conferência no Brasil, elaborou-se declarações de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica como a Carta da Terra; a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento; a Declaração de Princípios sobre Florestas; e a famosa Agenda 21 para um mundo mais sustentável que se configurou como um primeiro plano de ação reconhecido pela sociedade.

Em seguida, o Protocolo de Kyoto, criado em 1997 e assinado por diversos países do mundo que se comprometeram a abreviar a emissão de gases que geram o efeito estufa, foi mais um projeto reflexo da preocupação com um desenvolvimento que considera a sustentabilidade, sobretudo a ambiental, como necessária ao desenvolvimento da humanidade.

1.5 O conceito de desenvolvimento sustentável: seu real significado teórico e prático

Em seu livro *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, compartilhando da opinião do indiano M.S. Swaminathan, Ignacy Sachs alerta em seu primeiro capítulo sobre a urgência de se compor “uma nova forma de civilização, fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos renováveis” (SACHS, 2002, p.29).

Assim, Sachs, desde 1974, com a publicação de "Environnement et styles de développement" vem discutindo esse conceito, sendo reconhecido como principal teórico a conceituar o desenvolvimento sustentável ou o *ecodesenvolvimento*. Segundo o autor, considerando o desenvolvimento sustentável como um processo em constante transformação, cinco dimensões são julgadas como importantes para se compreender a sustentabilidade, a saber: a *sustentabilidade social*, a *sustentabilidade econômica*, a *sustentabilidade ecológica*, a *sustentabilidade espacial* e a *sustentabilidade cultural* (AGUIAR, 1994, p.37-38).

A dimensão social se refere a uma “sustentabilidade social que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por outro crescimento e subsidiado por outra visão do que seja uma sociedade boa” (SACHS,1993, p.37). Assim, a meta seria formar uma sociedade menos desigual, onde a distribuição da renda tivesse mais equidade e os padrões de vida, entre pobres e ricos, não fossem tão díspares. Logo, a meta seria formar uma sociedade sustentável.

Quanto à sustentabilidade econômica, Sachs (1993) chama atenção para a eficiência quanto à alocação dos recursos, sem discriminar as externalidades negativas que são mais onerosas para os países chamados do *sul* (em desenvolvimento), que têm um acesso ainda limitado a ciência e a tecnologia. Assim, economicamente, para se alcançar a sustentabilidade deve-se avaliar a preservação do capital real; a organização da estrutura, para que o sistema seja estável; a existência de restrições ao endividamento; eficácia na utilização dos recursos; dentre outros fatores que não coloquem em desvantagem as gerações futuras. E que venham a utilizar as potencialidades produtivas de cada espaço específico.

Inerente ao conceito de desenvolvimento sustentável nota-se uma importância dada à sustentabilidade ambiental. Esta sustentabilidade está atrelada, dentre outras questões, ao uso dos recursos naturais de forma eficaz que cause o mínimo de danos aos ecossistemas e a vida; a substituição do consumo de produtos que utilize fontes esgotáveis e danosas ao meio ambiente, pelos renováveis e não agressivos; redução da poluição e utilização alternativa da

reciclagem; diminuição do consumismo capitalista; pesquisas com tecnologias menos danosas e mais eficientes ao desenvolvimento; e uma normatização de proteção ambiental.

No que concerne à sustentabilidade espacial, prega-se uma conformação rural-urbana mais harmônica. A redução das áreas metropolitanas e a promoção da agricultura com pacotes tecnológicos e de acesso ao crédito, pelo pequeno produtor, seriam algumas das políticas adotadas para desinchar as cidades e promover a sustentabilidade espacial e o bem-estar, além de alguns aspectos da qualidade de vida.

Já a sustentabilidade cultural está voltada para a manutenção dos valores culturais. Há um desafio quanto às mudanças, quanto ao equilíbrio entre o respeito à tradição e a busca de inovações. Esta sustentabilidade teria como intuito levar para a sociedade os hábitos inerentes a um *ecodesenvolvimento* nas diversas áreas, culturas e ecossistemas. Preservando a pluralidade e a conservação da diversidade cultural e local, o conceito é então definido como “o processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas” (SACHS, 1993, p. 24).

Para Bellen (2005, p.25), as definições que tratam sobre o desenvolvimento sustentável são tão diversas que podem chegar a 160 definições diferentes. Estas definições, todavia, sofrem variação a depender da abordagem dada na determinação do conceito. “O grau de sustentabilidade é relativo em função do campo ideológico ambiental ou da dimensão em que cada ator se coloca”.

Assim, diante da pluralidade de definições e considerações quanto ao desenvolvimento sustentável é dificultoso o trabalho de simplificá-lo. Logo, este trabalho se limita ao sentido mais genérico dado ao desenvolvimento e baseia-se neste conceito das cinco dimensões, sobretudo, enfatiza as três consideradas principais: econômica, social e ambiental. O que se propõe a partir de então é ressaltar contribuições práticas ao conceito já proposto que segue àquela vertente intermediária sugerida por Veiga (2008) quando este trata sobre os conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Complementando o conceito dado, Ignacy Sachs, Veiga (2008) alerta que para se alcançar o desenvolvimento sustentável não basta focar em uma das dimensões, deve-se planejar de forma a considerar os diversos fenômenos próprios da sustentabilidade, pois:

[...] a mensuração dos abalos acometidos à natureza não se configura como única alternativa de planejamento governamental compatível com a aspiração a um desenvolvimento sustentável, haja vista, o alto grau de incerteza relativo à valoração dos impactos ambientais, e também de outros fenômenos tais quais, mudanças de vida, perdas de símbolos ou locais históricos e religiosos, e patrimônio genético (VEIGA, 2008, p.198-199).

Assim, Veiga (2008) trata como importante o cruzamento entre a valoração econômica com a avaliação dos custos qualitativos sociais, culturais e espaciais da sustentabilidade.

Segundo o Relatório Bruntland, o conceito desse tipo de desenvolvimento implica na análise de dois conceitos chaves: de necessidades e limitações. Assim,

[...] o conceito de "necessidades", sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; e a noção das "limitações" que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Portanto, ao se definirem os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é preciso levar em conta sua sustentabilidade em todos os países (CMMAD, 1991, p.46).

Moreira (2005) alerta para a diferença entre o desenvolvimento sustentado e desenvolvimento sustentável, afirmando que,

O desenvolvimento é sustentado se existem condições econômicas, sociais e políticas que o suportem. O desenvolvimento é sustentável se pressupõe a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais da região e das populações autóctones garantindo, simultaneamente, às gerações futuras, as condições necessárias ao seu próprio desenvolvimento sustentável. (MOREIRA, 2005, p.3)

Sendo a sustentabilidade esse processo dinâmico que está em evolução, as idéias defendidas por Young (1992), citado por Moreira (2005), contribuíram no estudo do desenvolvimento sustentável quando admitiu alargar a visão considerada "economicista e estreita". Assim, este propõe que o planejamento para o desenvolvimento sustentável deveria seguir um conjunto homogêneo de objetivos.

O planejamento então é entendido como um elemento novo e de grande importância, nas considerações sobre o desenvolvimento sustentável. O que se supõe é um diagnóstico prévio da situação específica dos territórios, sejam eles em esfera internacional, nacional ou local. Neste sentido, as Agendas 21, que contemplavam às características e peculiaridades de cada região, foram baseadas nesse modelo (MOREIRA, 2005).

1.5.1 O desenvolvimento sustentável e a economia

Mesmo com a multidisciplinaridade considerada no conceito polissêmico de desenvolvimento sustentável, convencionou-se simplificá-lo na tríade: socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo. Ao avaliar a relação entre as dimensões econômicas e ambientais, identificam-se dois extremos ideológicos: o tecnocentrismo⁴ (*technocentrism*) e o ecocentrismo⁵ (*ecocentrism*). (PEARCE, 1993, *apud*, BELLEN, 2005, p. 25).

Tomando como adequada a visão ecocentrista, acredita-se que existe uma escassez advinda do capital natural (produto do meio ambiente) que cresce até determinados limites. Diante disso, torna-se necessário incorporar os sistemas ecológicos aos econômicos apreciando a “complementaridade entre o capital natural e aquele feito pelo homem” (CONSTANZA, 1991 *apud* SACHS, 1993).

O atual modelo de consumo capitalista é impossível de ser alcançado por todas as sociedades pelo simples fato do meio ambiente não ser capaz de sustentar todos os impactos desse modo de viver. Nesta direção ambientalista, diante das superproduções e consumismo exacerbado de bens, a literatura chama atenção para uma necessária diminuição do consumo dos países chamados desenvolvidos e também dos países chamados emergentes do Terceiro Mundo, pois,

Ao longo dos tempos, os povos foram além de suas próprias fronteiras para conseguir matérias-primas essenciais, exóticas ou valiosas. Hoje, devido à maior segurança das comunicações e à expansão do comércio e dos movimentos de capital, esse processo se ampliou muito, acelerou seu ritmo e passou a ter vastas implicações ecológicas. Por isso a busca da sustentabilidade requer grandes mudanças nas relações econômicas internacionais (CMMAD, 1991, p.72).

Nota-se que muitos dos países menos desenvolvidos, geralmente ricos em reservas naturais, na busca pela sobrevivência e pelo tão sonhado título de país desenvolvido, comprometem o

⁴ Corrente que acredita que a sustentabilidade se refere à manutenção do capital total disponível no planeta e que ela pode ser alcançada pela substituição do capital natural pelo capital gerado pela capacidade humana (BELLEN, 2005).

⁵ Destacam a importância do capital natural e da necessidade de conservá-lo não apenas pelo seu valor financeiro, mas, principalmente pelo seu valor substantivo (BELLEN, 2005).

seu meio ambiente. Esses países menos desenvolvidos, em dívida como os países industrializados, buscam atender às exigências financeiras de seus credores cedendo recursos escassos a fim de manter a capacidade creditícia.

No entanto, o que se nota é que estes países “pobres” não atingem desenvolvimento e sim, no máximo, angariam um maior fluxo de capitais. Tal situação permitiu afirmar que, diante das dificuldades da década de 1980⁶ encontradas até os dias de hoje, uma situação econômica pode influenciar muito no desenvolvimento e no meio ambiente (CMMAD, 1991).

Propõe-se que junto ao crescimento econômico dos países sejam consideradas as questões qualitativas, utilizando de forma eficiente os recursos naturais. Para tanto, um eficiente proveito da energia, redução dos resíduos poluentes e reciclagem dos materiais reutilizáveis, não se marginalizando os impactos sociais, são considerados essenciais.

Segundo Romeiro (1999), o desenvolvimento sustentável

[...] emerge nesse contexto como uma proposição conciliadora, onde se reconhece que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, mas não os elimina e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a eliminação da pobreza e disparidades sociais (ROMEIRO, 1999, p.3).

Portanto, a noção de desenvolvimento sustentável não dissocia economia do progresso tecnológico. Contudo, recomenda-se que ao tratar dos aumentos de produtividade pelo capitalista, se relativize os impactos ambientais e também sociais não contabilizados.

Assim, nas últimas três décadas, vários especialistas se envolveram na discussão teórica do desenvolvimento sustentável. No entanto, verificou-se que o conceito mais aceito na economia fundamenta-se, sinteticamente, nas idéias de Ignacy Sachs. As discussões posteriores têm como função uma complementaridade e não o objetivo de levar a uma variedade de conceitos distintos. Essa fundamentação, um tanto quanto consolidada, traz ao conceito um debate mais prático e dinâmico que analisa as reais possibilidades de se alcançar um desenvolvimento sustentável.

Dentro das empresas, na busca pela prática da sustentabilidade, a sustentabilidade corporativa passa a ser uma realidade não tão distante. Neste sentido, Ouchi (2006) define-a como um

⁶ Por exemplo, a miséria material africana e a dívida latino-americana.

[...] conceito pelo qual as companhias, por meio de uma boa estrutura de governança, atuam proativamente e de forma equilibrada nas dimensões social ambiental e econômica, com o objetivo de aprimorar sua estratégia de negócios e garantir sua perenidade, (OUCHI, 2006, p. 15).

Essa nova forma de gestão de empresas que avalia a sustentabilidade tem na iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas – ONU - chamada de *Global Compact*⁷ um chamado de emergência em relação às questões sócio-ambientais dentro das empresas. Dessa forma, como um primeiro desafio, no Fórum Econômico Mundial, em Davos na Suíça, em janeiro de 1999, os líderes empresariais foram provocados a apoiar essa iniciativa conhecida como Global Compact que tem como intuito mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho e meio ambiente.

⁷ Iniciativa que conta com a participação das agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não-governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário. (ETHOS, 2011, s.p).

2. O SETOR DE CELULOSE E PAPEL

O setor de celulose e papel pode ser entendido como sendo a divisão constituída pelas indústrias de celulose, indústrias de papéis e indústrias de artefatos de papel (MONTEBELLO, 2010).

A indústria de celulose é formada por firmas especializadas na produção de polpas de celulose e pastas de alto rendimento. Estas polpas quando abastecem tanto o mercado externo quanto o doméstico são chamadas de *celulose de mercado*; já quando as polpas são usadas como matéria prima para a própria firma produzir papel, essas são reconhecidas como celulose de integração.

A indústria de papel é formada por firmas que produzem vários tipos de papéis. Esses papéis, quando vendidos, são reservados à indústria de artefatos de papel e de editoração e gráfica. As grandes firmas do setor se destacam por sua verticalização, e contemplam em seu processo produtivo etapas que vão do reflorestamento, passando pela produção de celulose, chegando à fabricação de papel e artefatos de papel.

Estas indústrias se beneficiam das vantagens competitivas por fabricar a própria matéria-prima, a celulose, e são chamadas de indústrias integradas de celulose e papel (TOLMASQUIM; SZKLO 2000 apud BARBELI, 2003).

2.1 Breve descrição sobre a Produção de Celulose para a Fabricação de Papel

Segundo Piotto (2003), a celulose pode ser definida como:

[...] composto natural existente nos vegetais, de onde é extraída, podendo ser encontrada nas raízes, tronco, folhas, frutos e sementes. É um dos principais componentes das células vegetais que, por terem forma alongada e pequeno diâmetro (finas), são freqüentemente chamadas “fibras”. Os outros componentes encontrados, entre os principais, são a lignina e hemiceluloses (PIOTTO, 2003, p.139).

O preparo da pasta celulósica para papéis ou outros fins consiste na separação das fibras dos demais componentes constituintes do organismo vegetal, em particular a lignina, que atua como um cimento, ligando as células entre si e que proporciona rigidez à madeira.

A pasta celulósica extraída de troncos de árvores, à base de fibras naturais, é a principal matéria-prima na fabricação do papel. Do ponto de vista das indústrias de celulose e papel, as espécies arbóreas mais variadas classificam-se em duras e moles ou de fibras curta e longas respectivamente. Estas últimas por serem mais longas, lhes são conferidas maior resistência à fratura, caso do *pinus*, enquanto as madeiras duras proporcionam fibras curtas, com menos veios que as primeiras, caso do *eucalipto*.

De acordo com Piotto (2003), diversos são os métodos utilizados na obtenção da pasta de celulose. Há os processos químicos, semiquímicos, e também existem os processos termomecânicos e mecânicos. Quando há utilização de produtos químicos estes são adicionados ao processo de desfibrilamento da madeira que é submetida à pressão em altas temperaturas no intuito de diluir a lignina. É válido ressaltar que a polpa obtida dos processos mecânicos, termomecânicos e semiquímicos são classificadas como Polpas de Alto Rendimento (PAR). Já do processo químico, extraí-se a Polpa de Celulose em si, que por sua vez é uma polpa de melhor qualidade que a PAR.

No processo mecânico, a pasta fibrosa tem rendimento em torno de 93 a 98 % de polpação, tendo essa uma aplicação limitada. Já a celulose extraída pelo processo mecânico, pela oxidação dos resíduos de lignina, tende a escurecer com rapidez, assim, esta é utilizada na fabricação de papel para jornais, revistas, embrulhos, e toalete, por exemplo. No processo termomecânico o rendimento é menor (entre 92 e 95%) do que no processo mecânico, mas a essa pasta tem mais qualidade de resistência mecânica e imprimibilidade (PIOTTO, 2003).

No processo semiquímico o rendimento da celulose varia de 60 a 90% o que confere a esta uma melhor qualidade em comparação com os processos elencados anteriormente. Já nos processos ditamente químicos três técnicas são utilizadas: *kraft*, sulfito e sulfato (PIOTTO, 2003).

Estas últimas técnicas possuem um rendimento que variam de 40% a 60%. O processo Sulfato, que obtém uma pasta branqueável de boa propriedade, por ser menos degenerativa vem então substituindo o processo Sulfito, sendo o processo mais utilizado nas empresas presentes no Brasil.

2.2 Características do setor de Celulose e Papel

O setor de celulose e papel apresenta as seguintes características: intensivo uso de capital e mão-de-obra; ser de base florestal; utiliza vastas extensões de terra; é voltado, sobretudo para as exportações; utiliza tecnologia de ponta em todo o processo produtivo, desde a área florestal aos produtos finais; e o setor, no Brasil, é notadamente competitivo no cenário mundial.

Segundo dados da Bracelpa (2011) – Associação Brasileira de Celulose e Papel – em março de 2011, essa indústria contabilizava 222 empresas com atividade em 539 municípios, localizados em 18 Estados do país. São 2,2 milhões de hectares de florestas plantadas para fins industriais; 2,9 milhões de hectares de florestas preservadas; e 2 milhões de hectares de área florestal total certificada.

Em 2010, as exportações brasileiras da indústria de papel e celulose foram de US\$ 6,8 bilhões com um saldo Comercial também em 2010 de US\$ 4,9 bilhões. Os impostos pagos pelo setor totalizaram um montante de R\$ 2,2 bilhões e os investimentos foram de US\$ 12 bilhões nos últimos 10 anos. Neste aspecto, a economia do papel e da celulose brasileira gera 115 mil empregos diretos, sendo na indústria 68 mil e 47 mil nas florestas. E gera mais de 575 mil empregos indiretos.

O Brasil vem se destacando neste setor recentemente e a alta produtividade da celulose tem sido um fator preponderante para que o país se tornasse referência. Assim, há diversos fatores determinantes da alta produtividade, tais quais: clima e solo; pesquisa e desenvolvimento; setor privado organizado; e mão de obra altamente qualificada.

Vários têm sido os incrementos tecnológicos na evolução da produtividade das florestas plantadas de celulose, (genética, biotecnologia, matéria prima de alta qualidade, planejamento sócio-ambiental, manejo florestal, rotação de áreas plantadas são os avanços tecnológicos implementados) a fim de que se melhore a produtividade do papel e da celulose.

Os benefícios que o Brasil desfruta para produzir celulose em larga escala já são reconhecidos. Os principais produtores brasileiros têm o menor custo de produção em todo o

mundo, o que lhes têm permitido atravessar, sem maiores contratempos, largos períodos com preços muito deprimidos. (BNDES, 2011).

A base florestal brasileira, no que tange à produtividade de celulose, é referência mundial. O Brasil produz atualmente 44 m³/ha/ano e tem um potencial de produção de 70 m³/ha/ano, o que se situa bem acima da média mundial. Os países que têm maior produtividade situam-se atrás do Brasil e são: Uruguai, Chile e Indonésia que produzem de 20 m³/ha/ano a 25 m³/ha/ano e que têm um potencial produtivo que varia de 30 m³/ha/ano a 35 m³/ha/ano, metade do potencial brasileiro (PÖYRY, 2011, sem página).

Aliada a alta produtividade brasileira de celulose advinda, sobretudo, das florestas de eucalipto que possui esse extraordinário rendimento de 44 m³/ha/ano está a considerável rotação do capital empreendido neste setor. No Brasil, em sete anos, uma floresta de eucalipto para produção de celulose de fibra curta, completa seu ciclo de maturação. Na África do Sul este ciclo do eucalipto se dá entre 8 -10 anos; no Chile de 10-12 anos; em Portugal e na Espanha de 12-15 anos; e na Suécia e na Finlândia que utilizam as florestas de bétula para produção de celulose e papel essa rotação se dá em um período de 35-40 anos com um rendimento respectivo de 6 m³/ha/ano e 4 m³/ha/ano.

Já para a produção de celulose de fibra longa, as florestas do gênero *pinus* são as mais exploradas. No Brasil, também impressiona a rotação dessas florestas de onde se extrai a celulose matéria- prima para a produção de papéis mais resistentes, sobretudo, o ondulado. A espécie *Pinus spp* tem no Brasil uma rotação de 15 anos e uma produtividade de 38 m³/ha/ano. Países com melhores rendimentos, depois do Brasil, como é o caso do Chile e da Nova Zelândia, que cultivam o *Pinus radiata*, tem uma rotação de 25 anos e uma produção de 22 m³/ha/ano. Os Estados Unidos, com o cultivo de *Pinus elliottii/taeda*, tem essa mesma rotatividade de 25 anos com produtividade de 10m³/ha/ano e a costa do Canadá com o *Pinus de Oregon*, tem uma rotação de 45 anos e produtividade de 7m³/ha/ano dessa celulose de fibra longa.

Diante das condições favoráveis à produção brasileira de celulose e, conseqüentemente, para fabricação do papel, a produtividade deste setor vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Os gráficos 2 e 3 seguintes elucidam bem tais constatações.

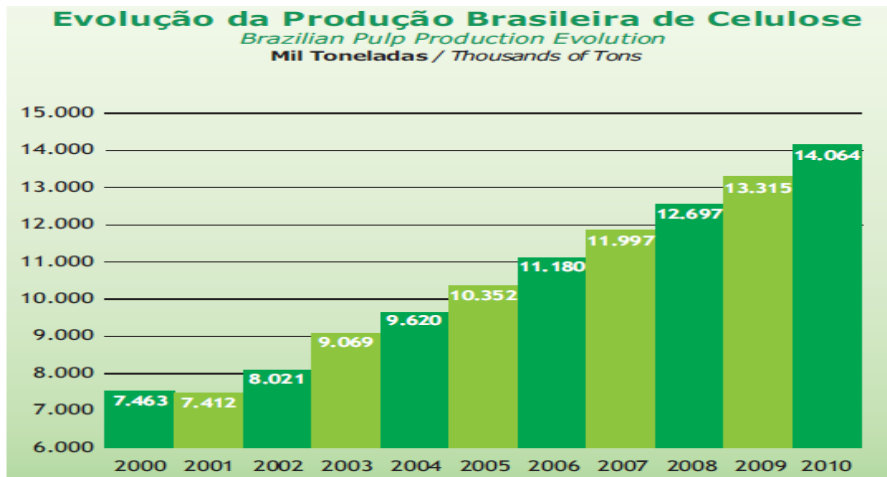


Gráfico2. A Evolução da Produção Brasileira de Celulose de 2000 a 2010
Fonte: BRACELPA (2011)

A produtividade da celulose de 2010, considerada no gráfico 2, cresceu de forma a praticamente dobrar a produção do país que produzia 7.463 milhões de toneladas de celulose por ano, em 2000, e passou a produzir mais de 14 milhões de toneladas no ano de 2010. Essa tendência de aumento também é verificada para o segmento de papel no gráfico 3, a seguir.

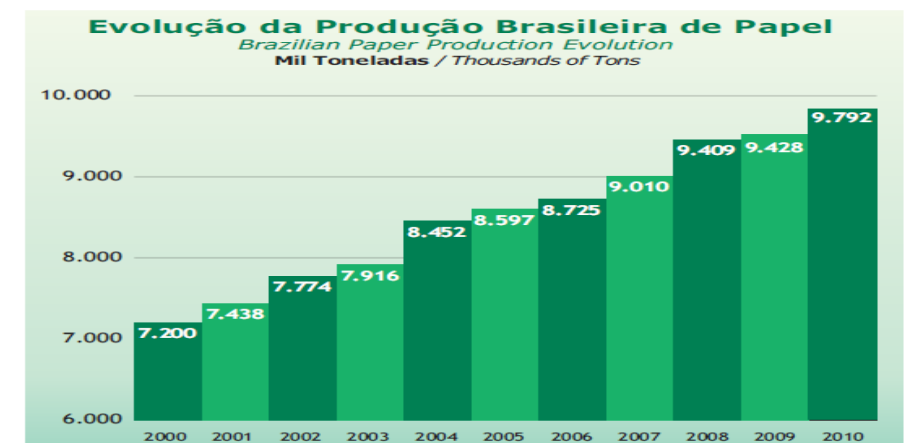


Gráfico3. A Evolução da Produção Brasileira de Papel de 2000 a 2010
Fonte: BRACELPA (2011)

Nota-se neste gráfico que o país tem a sua produtividade de papel crescendo de forma não tão acelerada quanto a de celulose. No entanto, o Brasil que produzia cerca de 7 milhões de toneladas em 2000, para o ano de 2010 a produção já era de quase 10 milhões de toneladas.

2.2.1 Estrutura de mercado

No que cabe a estrutura, esta deve analisar fatores de oferta e demanda pelo produto, diferenciação do produto, barreiras à entrada, estrutura de custos, integração vertical e diversificação do produto (MONTEBELLO; BACHA, 2007, p. 90). Neste contexto,

A indústria brasileira de celulose e papel possuía 220 empresas em 2005, sendo que apenas cinco grupos respondiam por 73% da produção total da celulose no Brasil. Essa concentração deve-se, em grande parte, à origem do setor de celulose e papel no Brasil. Desde a sua concepção, o número de empresas participantes do mercado ficou sujeito à política de escala mínima⁸ do BNDES, de forma que a indústria de celulose já nasceu oligopolizada (MONTEBELLO; BACHA, 2007, p. 90).

Com uma estrutura oligopolista, a produção de celulose e papel, sobretudo a de celulose, tinha desde o princípio, no Brasil, como claro destino as exportações. Para tanto, o próprio estado beneficiava algumas empresas brasileiras a fim de que essas tivessem uma produção suficiente para concorrer no mercado externo e, neste sentido, estas deviam ter uma produção mínima. O gráfico a seguir demonstra a balança comercial do setor entre os anos 2000 e 2010 e evidencia a tendência da produção voltada para o mercado externo dessa indústria.

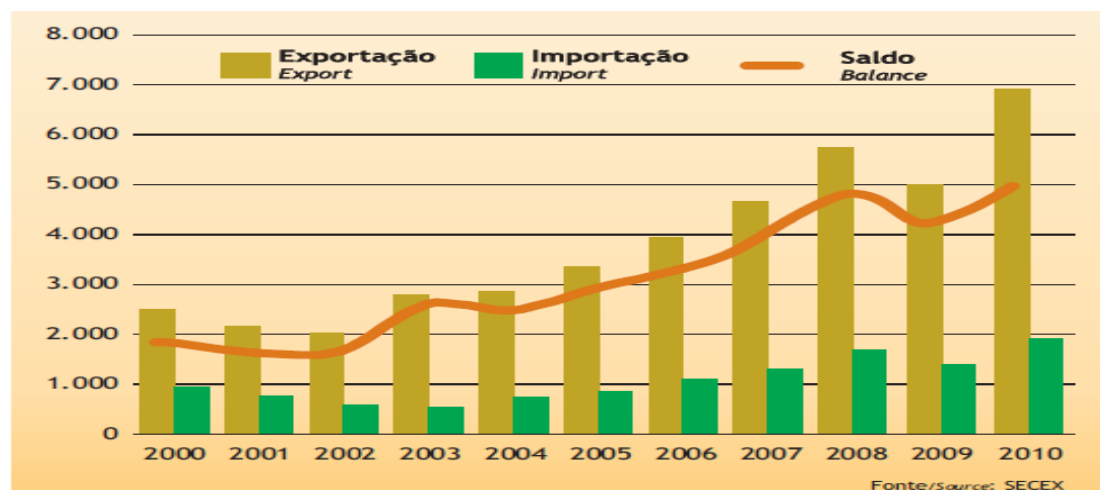


Gráfico 4. Balança Comercial do Setor de Celulose e Papel, 2000-2010, em Milhões de US\$
Fonte: BRACELPA (2011)

⁸ Fixação pelo BNDES, em 1968, de níveis mínimos de escala de produção para projetos que desejassem apoio financeiro (JUVENAL; MATTOS, 2002).

Através do gráfico pode-se constatar que a produção importada de celulose e papel não sofreu expressivas alterações, menos de 1 bilhão em 2000 para menos de 2 bilhões, nesses 11 anos, compreendidos entre os anos 2000 e 2010. No entanto, a produção destes mesmos produtos a serem comercializados no mercado externo, no mesmo período, cresceu de pouco mais de bilhões de toneladas para quase 7 bilhões de toneladas por ano.

Por meio dessa análise, fica claro o aumento da produção brasileira neste setor no últimos anos. Frente a esse aumento de produção para exportação pode se destacar a existência do pouco número de empresas grandes produtoras, tal constatação confirma a tendência de concentração que se justifica no modelo oligopolista de mercado.

No Brasil, seis das grandes empresas produtoras de celulose de mercado responderam por 72,9% da produção nacional de celulose e pelo total da celulose exportada pelo país no ano 2001. A expansão destas unidades fabris que concentra grande parte da produção brasileira se justifica por ser, nas grandes corporações, a forma mais viável de se competir no mercado internacional com os grandes players deste ramo (BRACELPA, 2011).

As aquisições e fusões entre as grandes empresas é um outro fator que merece ser destacado, pois, torna significativa a existência de economias de escala com alto desenvolvimento tecnológico. Tais fatores, junto à disponibilidade da matéria prima florestal e altos investimentos de instalação têm se tornado uma grande barreira à entrada de novas empresas pois, as já existentes são grandes e bem consolidadas no mercado.

Segundo Montebello e Bacha (2007), a indústria é pouco diversificada, produzindo quase que somente celulose de fibra curta extraída do eucalipto e destinada, sobretudo, ao mercado externo. Assim, o papel produzido no Brasil é basicamente o de imprimir e o papel sanitário, sendo que a produção de papel proveniente de fibra longa, como é o caso do papel ondulado, ainda é incipiente.

Mesmo tendo uma produção pouco diversificada, a indústria brasileira de celulose e papel, ainda sim é referência mundial. Logo, o Brasil vem utilizando as certificações florestais como forma de evidenciar a qualidade ambiental do produto e diferenciá-lo no mercado, o que indica uma vantagem competitiva. Dentre as certificações destacam-se a FSC e a ISO 14001.

É válido ressaltar que uma empresa certificada tem maior credibilidade no mercado e no que se refere à qualidade da prestação dos serviços, este setor é referência em fidelizar o cliente e tem um cuidado especial em atender as expectativas de seus *stakeholders*⁹.

Avaliando ainda o mercado de celulose e papel, destacam-se como maiores produtores de celulose no mundo países como Estados Unidos, China, Canadá e Brasil. Neste sentido, é válido ressaltar que o Brasil tem um histórico bem recente de produção de celulose que o difere dos Estados Unidos e Canadá, países que sempre foram referência nesse setor.

Diante da análise do quadro 1, no que confere à produção de papel, destaca-se que a China e os Estados Unidos lideram esse *ranking*, assim como lideram o mercado de celulose. O Brasil é somente o 9º produtor mundial de papel. No entanto, diante da análise deste mesmo quadro verifica-se que o Brasil é um grande produtor, sobretudo da celulose de mercado, uma *commodity*, destinada em grande parte às exportações. Tal constatação, que elucida o Brasil como 4º maior produtor de celulose, reforça a característica de um país exportador de *commodity*, ou seja, exportador de produtos primários, ainda.

Celulose		Papel	
País	Mil toneladas	País	Mil toneladas
1. EUA	48.329	1. China	86.391
2. China	20.813	2. EUA	71.613
3. Canadá	17.079	3. Japão	26.279
4. Brasil*	13.315	4. Alemanha	20.902
5. Suécia	11.463	5. Canadá	12.857
6. Finlândia	9.003	6. Suécia	10.933
7. Japão	8.506	7. Finlândia	10.602
8. Rússia	7.235	8. Coreia do Sul	10.481
9. Indonésia	5.971	9. Brasil*	9.428
10. Chile	5.000	10. Indonésia	9.363
11. Índia	3.803	11. Índia	8.693
12. Alemanha	2.542	12. Itália	8.449
13. Demais	24.898	Demais	84.696
Total Mundo	177.957	Total Mundo	370.687

Quadro 1- Principais Países Produtores de Celulose e Papel, 2009.

Fonte: BRACELPA (2011).

Verificada a importância da produção de celulose e papel brasileira no mercado internacional, a exportação de celulose nacional, mais importante produto brasileiro no setor, tem como

⁹ Trata de públicos e indivíduos que podem afetar, direta ou indiretamente, a organização, e do comportamento gerencial adotado para responder a eles (FREEMAN, 1984 apud MAY; LUSTOSA; VINHA, 2003).

mercado consumidor parcelas de vários lugares do mundo. Destacam-se a Europa e China como principais mercados consumidores da celulose brasileira. Esta celulose no período de um ano, compreendido entre janeiro de 2010 e janeiro de 2011, elevou sua exportação de US\$ 319 milhões para US\$ 402 milhões, um crescimento de mais de 26%.

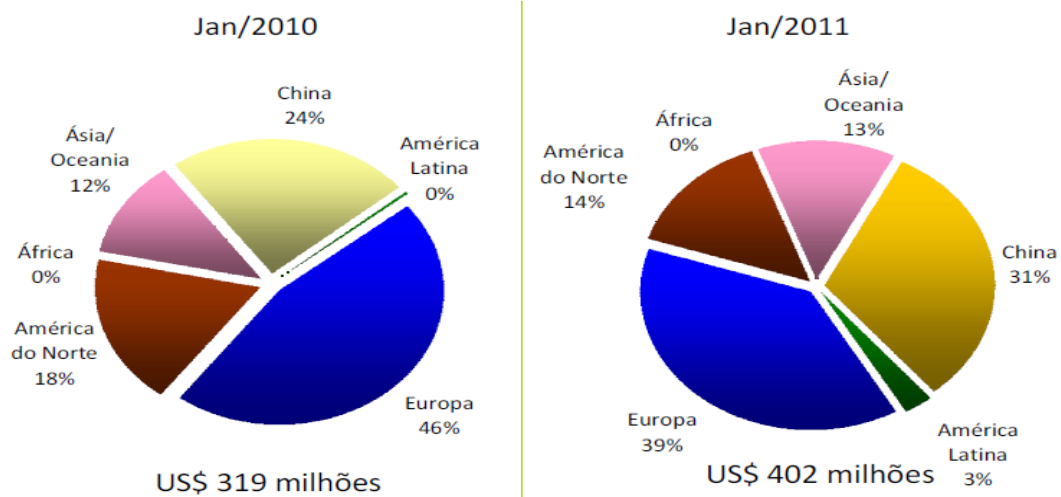


Gráfico 5 - Destino das Exportações Brasileiras de Celulose
Fonte: BRACELPA (2011)

Avaliando o gráfico 5, nota-se, no entanto, que enquanto o mercado europeu e norte americano têm diminuído às importações da celulose brasileira, a parcela compreendida pela América Latina, China, Ásia e Oceania têm consideravelmente elevado sua importância nas exportações brasileiras. Tais constatações evidenciam a conjuntura econômica que têm atingido a Europa e a América do Norte neste período de janeiro de 2010 a janeiro de 2011.

Mesmo com uma produção inferior à produção de celulose, a produção de papel destinado ao mercado externo é bem significativa e as exportações têm ficado na ordem de 154 milhões de dólares a 169 milhões de dólares por mês, utilizando o mês de janeiro dos anos de 2010 e 2011 como referência.

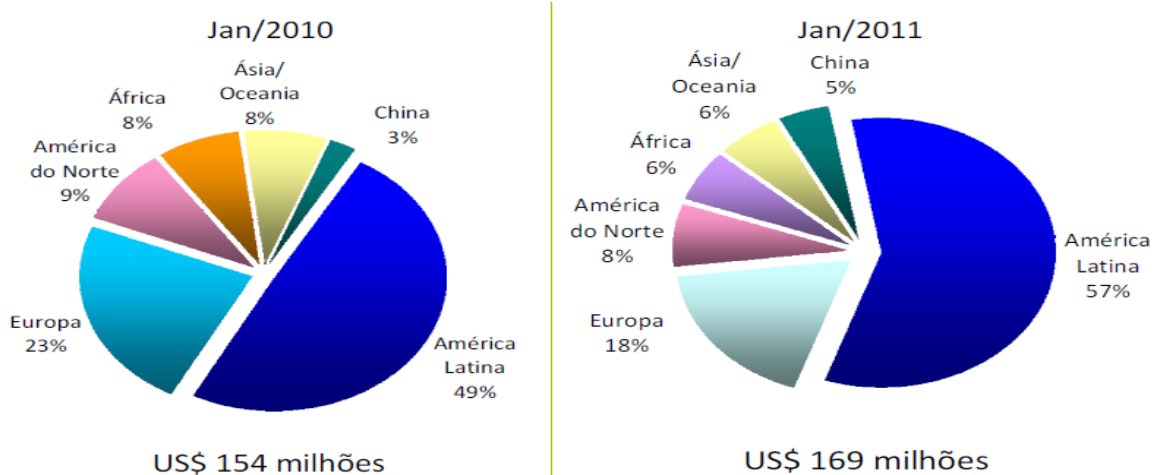


Gráfico 6 - Destino das Exportações Brasileiras de Papel
Fonte: BRACELPA (2011).

Diferentemente do mercado consumidor de celulose, o mercado de papel brasileiro tem como destino os vizinhos da América Latina e em menor escala a Europa. Entretanto, diante da conjuntura de crise na Europa e na América do Norte, verifica-se que apesar destes mercados consumidores não serem tão significativos para o papel como é para a celulose, visualiza-se um considerável crescimento do mercado latino americano para o papel de cerca de 8%, em detrimento do mercado europeu e norte americano (BRACELPA, 2011).

2.2.2 A cadeia produtiva da celulose e do papel

A cadeia produtiva de papel e celulose se amplia desde as bases florestais até os produtos tais quais: a celulose de mercado, os envelopes, as caixas de papelão, os papéis gráficos, os sacos multifilados, dentre outros produtos (ANÁLISE SETORIAL..., 2001, p.44)

O processo produtivo envolve então várias etapas como: produção das mudas nos viveiros, seleção destas para o plantio, colheita e transporte. A madeira é então transformada em celulose nas fábricas, onde se o produto final for a celulose segue-se para a comercialização, mas se o produto final da empresa for o papel segue-se para a produção do mesmo que abastece o mercado local e internacional.

É notório ressaltar que neste setor há uma alta integração da cadeia produtiva, de tal maneira que a verticalização¹⁰ é uma característica deste setor. Apesar da vantagem comparativa de produção do setor brasileiro com outros países, pode-se afirmar que este ainda é considerado intensivo em capital de longo prazo.

Os investimentos na cadeia produtiva do setor são da ordem de US\$ 1.400,00 por tonelada e as escalas mínimas de investimentos atualmente estão acima de 100 mil toneladas. Além disso, há necessidade de investimentos contínuos em torno de US\$ 100 milhões por parte dos grandes produtores para a manutenção da capacidade produtiva e reposição da depreciação do ativo (ANÁLISE SETORIAL..., 2001, p.44).

Outros investimentos são direcionados para a atividade de reflorestamento, principal fonte de matéria-prima, e para o desenvolvimento tecnológico. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento da indústria brasileira representam apenas 1% do seu faturamento.

Descrevendo o processo produtivo de uma indústria integrada, que produza celulose e papel, o início do processo se dá com os investimentos tecnológicos no material genético do eucalipto ou pinus, feitos pelas próprias empresas. As empresas então procedem com a formação de mudas no viveiro florestal que, antes de serem plantadas, passam por um rigoroso teste avaliativo. Plantadas as mudas e passado o período de maturação das mesmas, a madeira, após sete anos em média, é descascada e cortada; passa pelo processo de cozimento onde é liberada a celulose industrial; esta é então peneirada e branqueada para melhorar suas propriedades de alvura, limpeza e pureza química; logo esta celulose é secada até o ponto em que se atinja o equilíbrio com a temperatura ambiente, que é de cerca de 90% de celulose e 10% de água. Depois de todo esse processo a celulose é transformada em papel na própria fábrica, se esta for integrada na produção de celulose e papel, ou transportada para outras fábricas que produzam papel.

¹⁰ Atuação de uma empresa em mais de um estágio do processo produtivo. O mais abrangente tipo de verticalização ou integração vertical é o da empresa que controla desde a produção de matérias-primas até a confecção final do produto (SANDRONI, 1999).

3. SUSTENTABILIDADE NO SETOR DE CELULOSE E PAPEL: COMPARAÇÃO DAS EMPRESAS VERACEL E SUZANO

As questões relacionadas à sustentabilidade no setor de celulose e papel tem se firmado como questões naturais dentro do planejamento das empresas que exercem essa atividade. Haja vista, o setor ser de base florestal e, portanto, muito dependente dos recursos naturais; ter um longo ciclo produtivo em grandes extensões de terra (monocultura) que intensifica os impactos ao meio ambiente; e ser intensivo em mão de obra, faz deste setor um alvo de críticas. Tais constatações chamam a atenção para que haja um planejamento baseado na prática da sustentabilidade, fundamentado no conceito de desenvolvimento sustentável, dentro das empresas deste setor. Neste sentido é válido retratar um pouco sobre o setor na Bahia e sobre duas das grandes empresas deste ramo presentes no Estado para posterior comparação de dados.

3.1 O Setor na Bahia

A produção das empresas Veracel, de celulose, e Suzano, de celulose e papel, na Bahia são bem significativas. O estado, sobretudo a sua região Extremo-Sul é um dos líderes na produção de celulose no país. Em uma área vinte vezes maior que a capital Salvador, as gigantes Veracel e Suzano empregam 15000 pessoas e produzem cerca de 20% da pasta de celulose de madeira nacional. Sendo assim, o quadro a seguir demonstra o total de área plantada de florestas de Eucalipto e Pinus no estado da Bahia (BRACELPA, 2011).

Área Total com Florestas Plantadas (31/12/2009) - mil ha
Por Estado e Gênero

Estados	Eucalipto	Pinus	Outras	Total
Amapá	12	0	0	12
Bahia	499	28	0	527
Espírito Santo	171	0	0	171
Maranhão	47	0	0	47
Mato Grosso do Sul	155	0	0	155
Minas Gerais	220	0	2	222
Pará	49	0	0	49
Paraná	108	153	8	269
Piauí	1	0	0	1
Rio de Janeiro	3	0	0	3
Rio Grande do Sul	186	19	1	206
Santa Catarina	16	153	0	169
São Paulo	370	35	15	420
TOTAL	1.837	388	26	2.251

Quadro 2- Área Total de Florestas Plantadas por estado

Fonte: Bracelpa (2011)

Com uma área total, em dezembro de 2009, de 527 mil hectares de floresta plantada, a Bahia é o estado com maior área destinada à plantação de madeira para extração da celulose. Sendo o estado de maior plantação de eucalipto do país, em uma área de quase 500 mil hectares de floresta de eucalipto plantada.

Pelas grandes dimensões da Suzano, a se comparar com a Veracel, o critério de escolha de análise se fundamenta pela Suzano ser uma empresa que, apesar de não ser 100% baiana, está presente na Bahia com a unidade de Mucuri. Ambas, então, geram divisas ao estado baiano e aos municípios do Extremo-Sul onde estão localizadas.

Estas empresas, além de modificarem o meio ambiente local, por ter um modo de produção de base florestal, também impactam a vida das comunidades que estão próximas às unidades industriais

Observou-se que nas exportações baianas dentre as “*commodities*”¹¹ a celulose teve sua participação ampliada de 7%, no ano de 2005, para quase 19% das exportações

¹¹ O termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre etc (SANDRONI, 1999).

correspondentes ao ano de 2010. A exportação de celulose e papel, em 2010, foi 30,5% acima do ano de 2009 (SEI, 2011, p.3, 4 e 6). O quadro 3 demonstra bem a importância deste setor para as exportações baianas.

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2009	2010		
Papel e celulose	128.640	149.251	16,02	18,47
Petróleo e derivados	99.043	139.072	40,42	17,21
Químicos e petroquímicos	137.829	133.465	-3,17	16,52
Automotivo	59.811	89.957	50,40	11,13
Metalúrgicos	66.572	86.645	30,15	10,72
Soja e derivados	25.723	34.291	33,31	4,24
Minerais	29.819	32.125	7,73	3,98
Cacau e derivados	17.542	25.129	43,25	3,11
Algodão e seus subprodutos	29.964	22.548	-24,75	2,79
Borracha e suas obras	13.264	22.216	67,49	2,75
Café e especiarias	10.065	13.645	35,57	1,69
Couros e peles	9.070	10.592	16,78	1,31
Máqs., Apars. e mat. elétricos	3.447	7.956	130,81	0,98
Frutas e suas preparações	4.674	7.703	64,81	0,95
Sisal e derivados	8.397	7.328	-12,73	0,91
Calçados e suas partes	5.372	6.115	13,83	0,76
Fumo e derivados	838	3.811	354,77	0,47
Móveis e semelhantes	878	1.016	15,72	0,13
Demais segmentos	11.245	15.189	35,07	1,88
Total	662.193	808.054	22,03	100,00

Quadro 3. Exportações baianas — Principais segmentos — dezembro 2009/2010
Fonte: SEI, 2011, p.13

3.2. A Veracel

Segundo informações divulgadas pela própria empresa, a Veracel é uma empresa de raízes baianas que iniciou sua história em 1991 quando a Veracruz Florestal, então subsidiária da

Odebrecht, deu início à compra de terras na região do Extremo-Sul da Bahia. Já em 1991 foram plantadas as primeiras mudas de eucalipto na localidade (VERACEL, 2011).

Em 1996, a empresa obteve a licença ambiental para o projeto da fábrica de celulose. Em 1998, tornou-se a Veracel Celulose S/A e como parte desta nasce a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) na Estação Veracel, considerada como uma das maiores reservas privadas de Mata Atlântica do Brasil. Esta tem 6.069 hectares de mata nativa preservada e pode ser considerada uma das primeiras práticas sustentáveis da empresa em resposta à natureza do seu próprio negócio (VERACEL, 2009, p. 9)

Atualmente, a Veracel tem áreas de plantio de celulose nos municípios de Canavieiras, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, além de Belmonte, onde também fica o porto particular da Veracel para escoamento da produção e Eunápolis que se configura como sede administrativa e industrial. O que totaliza atividades em dez municípios.



Figura 1. Unidade da Veracel em Eunápolis
Fonte: VERACEL (2010).

Implantada há 20 anos no Extremo Sul da Bahia, a Veracel Celulose é um projeto integrado de produção de celulose branqueada, produzida a partir de fibra curta do eucalipto. A celulose de mercado é então o seu produto final. A produção da Veracel exportada no ano de 2009 correspondeu a mais de 6% das exportações baianas, um montante de 441.277.000,00 US\$ (SEI, 2011).

Com um investimento de 3,1 bilhões, a fábrica da Veracel iniciou suas operações industriais em maio de 2005. Atualmente, a empresa tem o seu controle acionário dividido entre a brasileira Fibria e o grupo suecofinlandês Stora Enso, ambas com 50% de participação.

3.3 A Suzano

A Suzano é uma grande empresa que também está presente na Bahia. A origem da história da Suzano, de acordo com informações fornecidas pela própria empresa faz referência ao Leon Feffer, ucraniano que emigrou para o Brasil em 1921 e que, essencialmente, atuava na venda de papéis. Em 1939, com uma atividade já diversificada na produção de papel, Leon Feffer monta uma primeira grande fábrica, no bairro Ipiranga, em São Paulo, quando ainda dependia da celulose de *pinus* como matéria prima para a fabricação de papel.

Foi em Suzano, São Paulo, em 1955, que em uma unidade piloto começou a produzir celulose de eucalipto no Brasil. Em 1956, a então indústria tem sua razão social batizada de Companhia Suzano de Papel e Celulose.

Já produzindo um papel à base de celulose de eucalipto, em 1957, a Suzano cria sua primeira Divisão Florestal, onde se gerenciava a compra de terras, plantio e manejo das florestas de eucalipto. Buscando se consolidar e se inserir no mercado internacional, a primeira exportação de celulose dessa empresa foi para a Argentina, em 1964.

Em 1980, a Suzano abre seu capital social e, em 1983, passa a ser a maior empresa brasileira da produção de papéis de imprimir e escrever, e de cartões para embalagens a partir da celulose de eucalipto.

Em 1987, cria-se a Bahia Sul Celulose - unidade em Mucuri-Ba da Suzano - que, em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce, tem uma nova unidade de produção integrada de celulose e papel.

A Suzano é uma empresa de base florestal, uma indústria integrada de produção de celulose e papel que pertence ao Grupo Suzano. Controlada pela Suzano Holding, a empresa tem 88 anos de atuação com operação no segmento de celulose de mercado, comercializada em 31 países, e no segmento de papel vendido em 86 países.

A Suzano, até meados do ano de 2011, posicionou-se como a segunda maior produtora de celulose de eucalipto do mundo e está entre as dez maiores produtoras de celulose de mercado. No segmento de papel, a empresa é líder no Brasil e na América Latina (SUZANO, 2011). A empresa atua com um portfólio integrado por quatro linhas, de cerca de 30 marcas, entre elas Report, TpPremium e Reciclato.

A empresa, que já possui um negócio que se estende do setor florestal ao de papel, passando pela produção de celulose, no ano 2010, definiu um novo posicionamento estratégico que contemplou a extensão de atuação para o campo da biotecnologia e da energia renovável. Para tanto, a Suzano adquiriu a empresa FuturaGene e anunciou a constituição de mais uma empresa, a Suzano Energia Renovável, que começará a operar em 2013. Logo, pode-se considerar que esta empresa possui um perfil produtivo diversificado.

No Brasil, a empresa mantém duas unidades industriais em Suzano (SP), uma em Embu (SP) e uma em Mucuri (BA). A sede administrativa está instalada na cidade de São Paulo, de onde se gerencia as atividades de 4.352 colaboradores próprios e de cerca de oito mil em atividades terceirizadas. A Unidade de Mucuri é a maior unidade integrada de papel e celulose do grupo Suzano. A produção dessa empresa na Bahia destinada à exportação, com a unidade de Mucuri, foi de US\$ 921.119.000,00 que correspondeu a mais de 10% das exportações do Estado (SEI, 2011).

No que cabe as áreas florestais próprias, arrendadas e as dos parceiros florestais, a empresa soma, aproximadamente, 671 mil hectares concentradas na Bahia, no Espírito Santo, em São Paulo, em Minas Gerais, no Maranhão, Piauí e Tocantins. A Suzano ainda possui escritórios na China, EUA, Suíça, Inglaterra e Argentina.

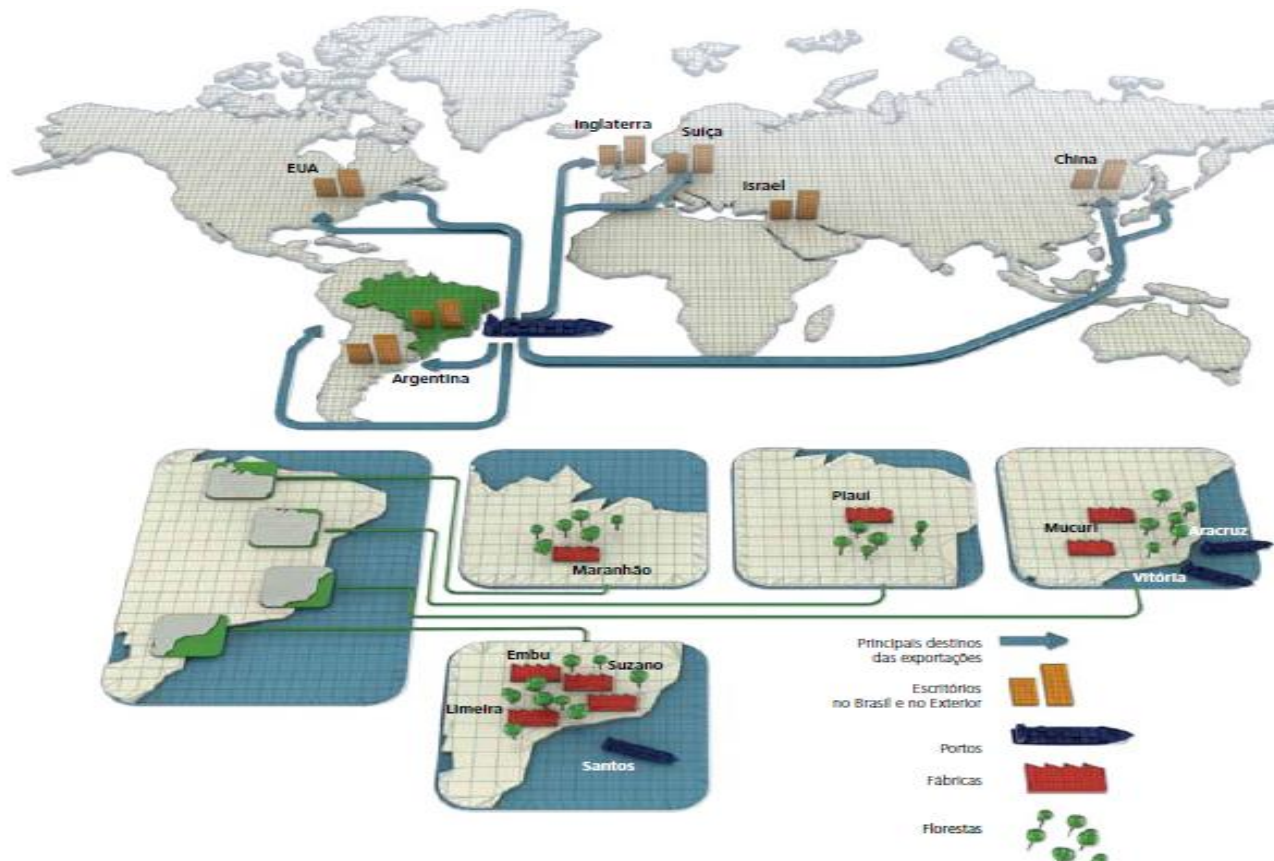


Figura 2. Mapa de Localização da Suzano
Fonte: Suzano (2010).

3.4 Análise Comparativa dos Relatórios de Sustentabilidade da Suzano¹² e da Veracel com Base nas Diretrizes GRI¹³

O Relatório de Sustentabilidade, importante objeto de análise deste estudo, é um tipo de documento que, segundo Instituto Ethos (2011), deve ter como intuito oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho da sustentabilidade da organização relatora, incluindo informações tanto positivas como negativas.

Um relatório de sustentabilidade baseado nas diretrizes da GRI, especificamente, divulga os resultados obtidos dentro do período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e

¹² Ressalta-se que os relatórios da Suzano aqui analisados possuem dados consolidados de suas filiais. Pois, a empresa não disponibilizou dados exclusivos da unidade de Mucuri-Ba. Neste sentido, o trabalho avalia a Suzano por esta empresa estar presente na Bahia e ser importante para a economia local.

¹³ Um modelo amplamente aceito para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Foi concebida para ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade. Considera as questões práticas enfrentadas por uma série de organizações, desde pequenas empresas até grupos com operações variadas e geograficamente espalhadas, e inclui conteúdo geral e o específico por setor (ETHOS, 2011).

da forma de gestão da organização. Entre outros propósitos, pode ser usado como: padrão de referência e avaliação do desempenho de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias; demonstração de como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável; e como efeito de comparação de desempenho dentro da organização e entre organizações diferentes ao longo do tempo (ETHOS, 2011).

Nas empresas foco de estudo, os Relatórios de Sustentabilidade começaram a ser elaborados a partir do ano de 2004 na Suzano e, em 2005, na Veracel. Sendo que em seus primeiros relatórios estas empresas não seguiam os índices destacados pelas diretrizes GRI como parâmetro.

Segundo disposto pelo Instituto Ethos (2011)

O relatório de sustentabilidade ou balanço social é um instrumento que visa dar maior transparência às atividades empresariais e ampliar o diálogo das empresas com a sociedade. É a forma de as organizações comunicarem o sucesso e os desafios de suas estratégias socioambientais e demonstrarem a coerência ética das suas operações. Nele, a empresa explica como se relaciona com seus profissionais, colaboradores, fornecedores e com a comunidade em que atua e o que faz em relação aos impactos que provoca (ETHOS, 2011, s.p).

Diante da análise dos relatórios de sustentabilidade divulgados por essas duas empresas pretende-se constatar se existem práticas de ações das dimensões sociais, ambientais e econômicas como fator favorável à sustentabilidade. O que se almeja com essa análise é verificar se as empresas podem ser consideradas referência em sustentabilidade baseando-se nas evidências e na transparência das informações divulgadas a respeito.

Avaliando os indicadores de sustentabilidade existentes, pode-se afirmar que não há a consenso de que estes atendem com eficiência a mensuração da sustentabilidade. Bellen (2005) relata e avalia a existência de muitos indicadores, como o Ecological Footprint Method (EFM), o Dashboard os Sustainability (DS), o Barometes of Sustainability (BS), o Pressure State Response (DSR), o Global Reporting Initiative (GRI), dentre outros. Contudo, Veiga (2008) analisa que não é fácil mensurar a sustentabilidade.

A avaliação, a mensuração e o monitoramento da sustentabilidade exigirão necessariamente um trinca de indicadores, pois é estatisticamente impensável fundir em um mesmo índice apenas duas de suas três dimensões. A resiliência dos ecossistemas certamente poderá ser expressa por indicadores não monetários relativos, por exemplo, às emissões de carbono, à biodiversidade e à segurança hídrica. Mas o grau de tal resiliência ecossistêmica não dirá muito sobre a

sustentabilidade se não puder ser cotejado a dois outros. Primeiro, o desempenho econômico não poderá continuar a ser avaliado com o velho viés produtivista, e sim por medida da renda familiar disponível. Segundo, será necessária uma medida de qualidade de vida (ou bem-estar) que incorpore as evidências científicas desse novo ramo que é a economia da felicidade (VEIGA, 2008, p.39).

Existe uma necessidade de um bom “termômetro” para a sustentabilidade, para evitar que a análise da economia não seja restringida aos índices de desenvolvimento. Veiga (2008) argumenta que, assim como um piloto precisa monitorar diversos indicadores que fazem parte de seu painel controle, o desenvolvimento sustentável também precisa ser monitorado através de diversos indicadores.

A utilização do GRI como parâmetro de análise para as duas empresas se justifica, pois os relatórios de sustentabilidade analisados avaliam, mesmo que parcialmente, as três dimensões citadas por Veiga (2008). Assim, serão consideradas algumas diretrizes GRI como forma de comparação na apreciação dos casos Veracel e Suzano.

Ressalta-se que a Veracel não elaborou o seu relatório de sustentabilidade do ano de 2008 baseado nas diretrizes GRI e no ano de 2006 são constatados apenas alguns pontos abordados em referência ao GRI sem, contudo, se verificar um índice remissivo em relação às diretrizes elencadas em seu processo.

A tabela foi feita por elaboração própria e contém a análise de 25 pontos em comum das duas empresas, para o período dos anos de 2006 a 2010. Analisar-se-á questões de parâmetros para o relatório e principalmente as questões inerentes ao desempenho econômico, ambiental e social.

Dessa forma, o formato *Faz* indica que segundo a empresa é tratado em seu relatório aquela determinada questão e *Não faz* para quando a questão é negligenciada. A numeração que precede os elementos GRI a serem analisados é a mesma encontrada nos relatórios de sustentabilidade das empresas e são padronizados para efeito de verificação na fonte.

O quadro a baixo foi elaborado, com base nas informações fornecidas pelas próprias empresas, de modo a avaliar o tratamento dado à sustentabilidade. Conforme mencionado anteriormente, em 2008 a Veracel não seguiu as diretrizes e em 2006 seguiu-a em raríssimos casos, por isso os quadros destes anos não segue o formato: *Faz* ou *Não faz*, mas contém a nota *Não relata*. Tal nota é justificada, pois a empresa não relata de forma clara, em seu sumário, como propõe à diretriz GRI, se trabalha com tais questões.

Análise comparativa entre as empresas Suzano e Veracel a partir do indicador GRI

Elementos GRI	Suzano 2006	Suzano 2007	Suzano 2008	Suzano 2009	Suzano 2010	Veracel 2006	Veracel 2007	Veracel 2008	Veracel 2009	Veracel 2010
3. Parâmetros para o Relatório										
3.12 Tabela que identifica a localização das informações (GRI)	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não faz	Faz	Não relata	Faz	Faz
3.13 Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o Relatório	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não faz	Faz	Não relata	Não faz	Não faz
4. Governança, Compromissos e Engajamento										
4.14 Engajamento dos stakeholders	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Faz	Não relata	Faz	Faz
4.17 Principais temas e preocupações levantados por stakeholders	Não faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Faz	Não relata	Faz	Faz
Indicadores de Desempenho										
Desempenho Econômico										
EC2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades em razão de mudanças climáticas	Não Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Não faz	Não faz
EC5 Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	Não Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Faz	Faz
EC8 Investimentos em infraestrutura e serviços	Faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Não faz	Não Relata	Faz	Faz
EC9 Descrição de impactos econômicos indiretos	Faz	Faz	Faz	Não faz	Não faz	Não Relata	Faz	Não Relata	Faz	Faz
Desempenho Ambiental										
EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Faz	Não Relata	Faz	Faz
EN3 Consumo de energia direta	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Faz	Faz
EN4 Consumo de energia indireta	Faz	Faz	Faz	Não faz	Não Faz	Não Relata	Faz	Não Relata	Faz	Faz
EN5 Energia economizada em razão de melhorias em conservação	Faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Não faz*	Não Relata	Não faz*	Não faz*
EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	Não Faz	Não faz	Não faz	Não faz	Não Faz	Não Relata	Não faz*	Não Relata	Não faz*	Não faz*
EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	Não Faz	Não faz	Faz	Não faz	Não Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Não faz	Não faz
EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas	Faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Faz	Não relata	Faz	Faz

Elementos GRI	Suzano 2006	Suzano 2007	Suzano 2008	Suzano 2009	Suzano 2010	Veracel 2006	Veracel 2007	Veracel 2008	Veracel 2009	Veracel 2010
Desempenho Ambiental										
EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não relata	Faz	Não relata	Faz	Faz
EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	Não faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Não faz	Não faz
EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	Faz	Faz	Faz	Não faz	Não faz	Não relata	Faz	Não relata	Faz	Faz
EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Faz	Faz
EN30 Investimentos e gastos em proteção ambiental	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Não faz	Não faz
Desempenho Social										
LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade	Não faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Faz	Faz
SO1 Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não faz
SO7 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados	Faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Não faz	Não faz
SO8 Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias de não-conformidade com leis e regulamentos	Não faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Faz	Não relata	Não faz	Não faz
PR5 Práticas relacionadas com a satisfação do cliente	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Não faz	Não faz

Quadro 3. Análise comparativa entre as empresas Suzano e Veracel a partir do indicador GRI

Fonte: Elaboração própria

Nota: Não faz*: A empresa Veracel não trata destes pontos, pois é auto-suficiente em energia.

Diante dos dados expostos, que têm como referência as diretrizes GRI, os relatórios trazem como código predominante a referência “Faz”, que indica que o tratamento dado à sustentabilidade dentro das empresas é feito de forma satisfatória. No entanto, quando verificadas nos relatórios as informações ditas tratadas satisfatoriamente não se encontra esse tratamento satisfatório de tais informações. Logo, estas não são efetivamente completas.

Elementos GRI	Suzano 2006	Suzano 2007	Suzano 2008	Suzano 2009	Suzano 2010	Veracel 2006	Veracel 2007	Veracel 2008	Veracel 2009	Veracel 2010
Parâmetros para o Relatório										
3.12 Tabela que identifica a localização das informações (GRI)	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não faz	Faz	Não faz	Faz	Faz
3.13 Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o Relatório	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não faz	Faz	Não Relata	Não faz	Não faz

*Fragmento do Quadro3

Analisando as duas empresas a Suzano se destaca em suas práticas sustentáveis em relação à Veracel, apesar de ambas tratarem a questão sustentável de forma ainda incipiente, no quadro comparativo verifica-se que a Suzano afirma seguir as diretrizes GRI mais que a Veracel. Neste sentido, quanto à existência de uma tabela que faça referência a localização das devidas informações que compõe o GRI, a Suzano é mais precisa que a Veracel. Esta última, por sua vez, só faz um índice remissivo aos elementos GRI nos anos de 2007, 2009 e 2010.

Quanto ao item 3.13 que analisa a existência de uma auditoria externa na avaliação dos relatórios e que leva credibilidade ao processo, os relatórios da Suzano podem ser considerados mais completos, pois se verifica uma auditoria externa em todos os cinco anos avaliados. Já a Veracel somente traz em 2007 sua primeira e única verificação externa a respeito do seu relatório de sustentabilidade que foi realizada pela BSD Consulting. Assim, nota-se que os relatórios da Veracel de maneira geral têm o fator credibilidade em baixo grau de confiança a se comparar com os relatórios da Suzano.

No que tange aos *stakeholders*, os relatórios demonstram informações consideradas satisfatórias. Os relatórios sinalizam que as empresas têm buscado o engajamento dos *stakeholders* nas questões específicas de governança das empresas e estas têm procurado saber quais são as principais preocupações dos interessados em seus negócios.

Elementos GRI	Suzano 2006	Suzano 2007	Suzano 2008	Suzano 2009	Suzano 2010	Veracel 2006	Veracel 2007	Veracel 2008	Veracel 2009	Veracel 2010
4. Governança, Compromissos e Engajamento										
4.14 Engajamento dos stakeholders	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Faz	Não relata	Faz	Faz
4.17 Principais temas e preocupações levantados por stakeholders	Não faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Faz	Não relata	Faz	Faz

*Fragmento do Quadro3

O relatório da Suzano 2010, por exemplo, aponta uma aprovação do relatório por 93% dos *stakeholders*, e a crítica destes somente se deve ao fato do relatório não mencionar as metas futuras e de haver uma tendência para os pontos positivos.

O fato dos relatórios trabalharem bem as questões dos *stakeholders* justifica-se, pois, as empresas elaboram esses relatórios, sobretudo para a análise daqueles que têm um determinado interesse nas atividades da empresa. Isso inclui a análise dos empregados da empresa, da comunidade que está ali envolva, e também inclui a avaliação dos acionistas.

O aprendizado sobre pressão social fez com que a empresa procurasse identificar os anseios e os interesses dos *stakeholders* mais influentes previamente ao início das operações de maneira a evitar surpresas que pudessem pôr o empreendimento em risco. Certamente essa atitude está informada por uma análise de prejuízos financeiros gerados no passado pelo comportamento tradicional, mas, por outro lado também é resultado de mudança de visão de como fazer negócio em tempos de globalização da informação (MAY; LUSTOSA; VINHA, 2003, p.184).

Logo, verifica-se que toda essa preocupação com seus *stakeholders* deve-se a este novo modelo de gestão de negócios mais atenta aos riscos e á credibilidade. Assim, como a diretriz GRI lança indicadores de desempenhos como fator favorável à sustentabilidade, a questão econômica, social e a ambiental não podem ser deixadas de lado para os *stakeholders*.

Elementos GRI	Suzano 2006	Suzano 2007	Suzano 2008	Suzano 2009	Suzano 2010	Veracel 2006	Veracel 2007	Veracel 2008	Veracel 2009	Veracel 2010
Desempenho Econômico										
EC2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades em razão de mudanças climáticas	Não Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Não faz	Não faz
EC5 Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	Não Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Faz	Faz
EC8 Investimentos em infraestrutura e serviços	Faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Não faz	Não Relata	Faz	Faz
EC9 Descrição de impactos econômicos indiretos	Faz	Faz	Faz	Não faz	Não faz	Não Relata	Faz	Não Relata	Faz	Faz

*Fragmento do Quadro3

Como indicador econômico a Suzano trata de forma mais consistente as implicações financeiras, de riscos e de oportunidades em razão de mudanças climáticas, a se comparar com a Veracel.

Na relação de salários dos funcionários, a proporção entre o menor salário pago e o salário mínimo confere um padrão próximo de salários dos empregados que tem a menor remuneração nas duas empresas, sendo os salários da Suzano considerados mais baixos.

Nos investimentos em infra-estrutura e serviços as empresas apontam investimentos em projetos sociais próprios (saúde, educação, dentre outros) e ajudas financeiras para a construção de hospitais, por exemplo.

No que tange à descrição dos impactos econômicos indiretos nos relatórios, estes são apontados como diversos. A Veracel, por exemplo, afirma capacitar profissionais da região, bem como incentivar atividades consideradas de vocação local, como nos casos da agricultura familiar e a apicultura. Já a Suzano trata esta questão de forma mais insatisfatória.

Em relação ao desempenho ambiental, de acordo com os dados divulgados, as empresas têm relativamente cumprido as exigências. Mesmo que não seja por haver uma real preocupação com o meio ambiente, existe uma apreensão por parte dos gestores em passar uma boa imagem da empresa frente aos seus *stakeholders* que pode ser traduzida em credibilidade no mercado, pois a sociedade em si cobra muito dessas empresas.

Elementos GRI	Suzano 2006	Suzano 2007	Suzano 2008	Suzano 2009	Suzano 2010	Veracel 2006	Veracel 2007	Veracel 2008	Veracel 2009	Veracel 2010
Desempenho Ambiental										
EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Faz	Não Relata	Faz	Faz
EN3 Consumo de energia direta	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Faz	Faz
EN4 Consumo de energia indireta	Faz	Faz	Faz	Não faz	Não Faz	Não Relata	Faz	Não Relata	Faz	Faz
EN5 Energia economizada em razão de melhorias em conservação	Faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não Relata	Não faz*	Não Relata	Não faz*	Não faz*
EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	Não faz	Não faz	Não faz	Não faz	Não Faz	Não Relata	Não faz*	Não Relata	Não faz*	Não faz*
EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	Não faz	Não faz	Faz	Não faz	Não Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Não faz	Não faz

Elementos GRI	Suzano 2006	Suzano 2007	Suzano 2008	Suzano 2009	Suzano 2010	Veracel 2006	Veracel 2007	Veracel 2008	Veracel 2009	Veracel 2010
Desempenho Ambiental										
EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas	Faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Faz	Não relata	Faz	Faz
EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não relata	Faz	Não relata	Faz	Faz
EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	Não faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Não faz	Não faz
EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	Faz	Faz	Faz	Não faz	Não faz	Não relata	Faz	Não relata	Faz	Faz
EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Faz	Faz
EN30 Investimentos e gastos em proteção ambiental	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Não faz	Não faz

*Fragmento do Quadro3

Neste sentido, a Suzano que atua na fabricação de papel, considera-se bem instruída nas questões da reciclagem. Já quanto à questão energia é válido ressaltar que a Veracel produz toda a energia utilizada na sua produção e ainda vende à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o excedente.

A Suzano não é auto-suficiente em energia, tendo que recorrer ao mercado para comprá-la, o que sobrecarrega a transmissão de energia. As práticas da Suzano em relação à energia economizada não é bem relatada como se propõe no índice. Desta forma, a piorar o quadro da Suzano em se tratando da energia utilizada, a mesma não se propõe a tomar iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e nem tão pouco cita se houveram reduções obtidas.

Quanto à água, não se verifica se esta é reciclada ou reutilizada em ambas as empresas. Já quanto aos gases prejudiciais à atmosfera (efeito estufa, buraco da camada de ozônio, dentre outros) os relatórios divulgam a quantidade de emissões, mas as iniciativas para reduzir as emissões desses gases são mal tratadas pela Suzano e negligenciadas pela Veracel. Enquanto a Suzano relata os seus investimentos e gastos em proteção ambiental, a Veracel é omissa.

Logo, não menos importante, o desempenho social deve ser avaliado nessas empresas. Assim, programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade são indicadores presentes.

Elementos GRI	Suzano 2006	Suzano 2007	Suzano 2008	Suzano 2009	Suzano 2010	Veracel 2006	Veracel 2007	Veracel 2008	Veracel 2009	Veracel 2010
Desempenho Social										
LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade	Não faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Faz	Faz
SO1 Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não faz
SO7 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados	Faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Não faz	Não faz
SO8 Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias de não-conformidade com leis e regulamentos	Não Faz	Não faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Faz	Não relata	Não faz	Não faz
PR5 Práticas relacionadas com a satisfação do cliente	Faz	Faz	Faz	Faz	Faz	Não relata	Não faz	Não relata	Não faz	Não faz

*Fragmento do Quadro3

Nessa análise do social, a Veracel tem diversos programas tais quais: Cozinha do Brasil; Campanhas de Promoção à Saúde direcionadas aos colaboradores próprios e parceiros, assim como familiares e demais membros da comunidade; Planejamento Familiar e Segurança no Trânsito; dentre outros. A Suzano, contudo não os cita, mas afirma ter programas sociais.

Através dos diversos projetos sociais dos quais fomenta ou simplesmente faz parte, a Veracel afirmou, em seu relatório de 2007, que os investimentos sociais naquele ano foram da ordem de R\$ 14,7 milhões. Tal investimento confere à empresa sempre que possível uma atuação dentro do espaço chamado “valor compartilhado”, definido como a geração de benefícios tanto para a empresa quanto para os grupos de interessados.

A Suzano em 2007 define na avaliação feita pela própria comunidade, em relação às atividades da mesma, que falta uma maior aproximação entre a Suzano e a comunidade local

por meio de canais diretos e do contato pessoal; há um desconhecimento dos processos para gerir possíveis impactos socioambientais; falta maior interesse em participar e saber mais sobre os investimentos sociais; e deve haver uma preocupação com a criação de empregos diretos e indiretos nas localidades onde está presente a Suzano.

Esta última empresa, no que tange seu desempenho social, afirma não possuir nenhuma ação judicial por concorrência desleal, prática de truste ou monopólio, nem foi sujeitada a multas por não conformidade com as leis e regulamentos. A Veracel recebeu, em 2007, um auto de infração do Governo do Estado da Bahia por suposto aproveitamento indevido de créditos oriundos de materiais intermediários, pois o fisco entendeu que tais matérias-primas não seriam intermediárias. A segunda sanção à Veracel foi um auto de infração emitido pelo município de Belmonte sobre o suposto recolhimento a menos de ISS.

Diante do exposto, pode-se concluir que, de maneira geral, as empresas até adotam as orientações da GRI, mas com muitas ressalvas. São encontradas muitas falhas nos sumários remissivos aos elementos GRI, pois nem sempre são encontradas, no conteúdo dos relatórios, as devidas informações que são julgadas existentes no sumário. Logo, pode-se considerar que, a referência “Faz” relatada pelas empresas nem sempre é verdadeira. Assim, pode-se considerar que a quantidade de constatações está em menor número que o proposto na referência GRI.

Em seus relatórios de sustentabilidade as empresas dão ênfase aos procedimentos e às ações de redução da poluição das águas e do ar, contenção das emissões de gases que causem efeito estufa e de maneira geral revela uma preocupação ambiental. Mesmo que essa preocupação seja por interesses econômicos e pela cobrança advinda do próprio mercado.

No entanto, no que se refere ao desempenho social verifica-se uma grande dificuldade em se apresentar informações e indicadores que beneficiem a sociedade, pois o grau de detalhamento ainda é baixo. Apesar da tendência de padronização dos relatórios estes tem ainda um perfil muito subjetivo, como muitas informações qualitativas, ponto que deve ser aperfeiçoado nos futuros relatórios.

Diante dos resultados obtidos entende-se que o nível de evidência da empresa Suzano é superior ao da Veracel, ainda que não se cumpra todas as determinações da GRI. A fim de evidenciar um diferencial da Suzano, esta última foi a primeira empresa do setor no mundo, a quantificar a pegada de carbono dos seus produtos, que mede qual a quantidade de dióxido de carbono (CO₂) são eliminadas para se produzir determinado produto.

Essa chamada pegada de carbono baseia-se no método Ecological footprint¹⁴, ou Pegada ecológica, considerado pelos ambientalistas, mesmo com suas falhas, como um dos melhores indicadores de sustentabilidade, aquele que pode transformar a simples preocupação com o desenvolvimento sustentável em uma “ação pública consistente” (BELLEN, 2005, p.102).

As informações divulgadas pelas empresas indicam um progresso no entendimento de que a responsabilidade social e ambiental é inerente a atividade econômica e é um fator necessário ao desenvolvimento econômico sustentável. Mas ainda falta, neste sentido, uma maior transparência dos reflexos das atuações das empresas. As instituições devem divulgar o que realizam e como realizam, quais são os recursos utilizados, assim como o montante dos investimentos e seus benefícios para a sociedade e para o meio ambiente. Devendo ser o meio ambiente, entendido como um capital natural e a sociedade um capital social.

As empresas, atentas às exigências do mercado têm dado importância às certificações e aos prêmios que têm recebido pois esses dão credibilidade no mercado. Neste sentido, as empresas Veracel e Suzano têm buscado diferenciação no mercado, sobretudo o internacional, com as suas recentes aquisições de certificação. Destacam-se entre as certificações nas duas empresas analisadas: a Cerflor, do Programa Brasileiro de Certificação Florestal, mantido pelo Inmetro; a ISSO 14001 que é uma norma internacionalmente reconhecida que define o que deve ser feito para ser estabelecido um Sistema de Gestão Ambiental (SGA); o FSC (Forest Stewardship Council – Conselho de Manejo Florestal) que atesta como bom o manejo da floresta que originou a matéria-prima para um determinado produto.

Além dessas certificações a Suzano tem: a ISO 9001; a OHSAS 18001; a SA 8000. Ambas as empresas além das certificações ainda possuem diversos prêmios de reconhecimento de órgão e instituições de comunicação na área de sustentabilidade.

Diante da não obrigatoriedade de divulgação dos relatórios verifica-se que as empresas estão atentas às exigências do mercado e da sociedade que têm cobrado destas uma demonstração da sua responsabilidade não só econômica, mas também a responsabilidade social e ambiental.

¹⁴ “Método que contabiliza os fluxos de matéria e energia que entram e saem de um sistema econômico e converte esses fluxos em área correspondente de terra ou água existente na natureza para sustentar o sistema”. (BELLEN, 2005, p.102 e 103)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto neste trabalho, constata-se que as empresas do setor de celulose e papel, Veracel e Suzano, ainda têm um longo caminho a trilhar no que tange a incorporação da sustentabilidade em seus casos de negócios.

Embora seja clara a necessidade de melhora, a divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas baseados na utilização das diretrizes *GRI*, a contratação de uma auditoria externa, no caso específico da Suzano, além das informações divulgadas nos *sites* oficiais, permite afirmar que existe um avanço positivo quanto à preocupação das empresas com a sustentabilidade apresentado nos relatórios.

No entanto, nota-se como ponto fraco dos relatórios avaliados a inexistência de uma certificação que ateste a veracidade das informações divulgadas. Mesmo no caso da Suzano que contrata uma empresa de auditoria externa para avaliar seus relatórios, apesar desta declarar-se independente, imparcial e de não haver aparente vínculo comercial entre as empresas (a que avalia e a que é avaliada) não se pode afirmar com vigor que as informações são verídicas, pois essas não são severamente auditadas.

Nestes relatórios, nota-se um recente direcionamento à busca por uma maior transparência dos dados e uma possível redução dos riscos sociais e ambientais. Neste sentido, entende-se que as empresas têm buscado uma atuação fundamentada nos conceitos de sustentabilidade, pois a ausência destes gera um grande risco de perder mercados muito significativos. Porém, buscando alcançar seus objetivos essas empresas na elaboração dos relatórios, tendem a mascarar os problemas existentes e a evidenciarem de sobremaneira os seus aspectos positivos.

Logo, detectou-se que essas empresas não são receptivas para o fornecimento de dados adicionais aos relatórios públicos e nem tão pouco demonstram interesse em fornecer esclarecimentos quanto aos pontos presentes nos relatório de sustentabilidade julgados imprecisos. No que se refere às visitas técnicas, vários são os empecilhos expostos por ambas

as empresas o que permite concluir que não há tão grande preocupação com a transparência dos dados, como divulgados nos relatórios.

Em relação aos impactos negativos gerados ao meio ambiente e da não inclusão de forma significativa da sociedade como se previa nas localidades onde essas empresas foram instaladas, acredita-se que muitos dos dados, principalmente os da Veracel (que não possui uma auditoria externa) são viesados, tendenciosos a formar uma boa imagem da empresa, de forma a “maquiar” os dados frente aos seus *stakeholders*, atingindo apenas o simples objetivo de dar credibilidade no mercado.

Falta também nos relatórios informações mais detalhadas no que se refere ao passado da organização, assim como os planos e metas futuras, o que deveria incluir a existência de mensuração e divulgação dos ativos intangíveis.

Nota-se que a recente preocupação com a imagem sustentável das empresas aqui analisadas não tem motivado um aumento dos preços dos seus produtos. Ao contrário do que se possa imaginar a prática da sustentabilidade neste setor reduz custos, sobretudo os de capital, haja vista gerar naqueles *stakeholders* acionistas uma percepção de menor grau de risco.

Ressalta-se que apesar de não haver uma padronização satisfatória dos relatórios, o fato destes utilizarem as diretrizes *GRI* como um indicador modelo sinaliza um ponto positivo. Assim, pode-se concluir que o conceito da sustentabilidade inserida no ambiente corporativo é relativamente recente, assim como são recentes as discussões metodológicas ligadas a sua implementação.

Ainda avaliando os relatórios nota-se que falta uma maior exploração de formas de se mensurar os fatores determinantes à sustentabilidade que transmita entendimento com qualidade das informações apresentadas pelas empresas.

É fato que as empresas passaram a investir fortemente nas práticas ambientais e sociais além das práticas econômicas. Essas organizações mesmo que não obrigadas por leis, mas almejando valorização no mercado e vantagem competitiva têm se comprometido com a sustentabilidade. Assim, a divulgação de relatórios que indicam essa preocupação com as dimensões social, ambiental e econômica permiti afirmar que, ao menos na teoria, ou seja com base nos relatórios divulgados, as empresas Veracel e Suzano têm considerado em seus casos de negócios a sustentabilidade.

Porém diante da não certificação de autenticidade das informações prestadas é relevante a necessidade de se tornar obrigatória a auditoria dos Relatórios de Sustentabilidade divulgados anualmente, de forma semelhante a que acontece nas auditorias das demonstrações contábeis. Recomenda-se, portanto, avaliar relatórios anteriores, a fim de constatar o desenvolvimento ao longo dos anos e averiguar a relação de evidenciação ambiental, social e desempenho econômico.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANÁLISE SETORIAL: o mercado de papel e celulose. **Revista Fae Business**, n.1, p. 44-45, nov. 2001. Disponível em:
http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n1_dezembro_2001/analisesetorial_o_mercado_de_papel_e_celulose.pdf. Acesso em: 20 jun. 2011

BAQUERO, Fernando Agustin Soto. **Da indústria de papel ao complexo florestal no Brasil: o caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo**. 1992, 305f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

BARBELI, Carlos Marcelo. **Produção de energia na indústria de papel e celulose: passado recente e perspectivas futuras**. 2003. 219 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 219 f., 2003.

BELLEN, Hans Michel van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BNDES. **Celulose de mercado**. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/is_g1_25.pdf.> Acesso: 18 mai. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Programa Nacional de Florestas. **Projeto MMA/FAO/TCP/BRA/2902: relatório final de consultoria**. Brasília, Março 2005.

BRACELPA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL. Disponível em:
<www.bracelpa.org.br.> Acesso: 20 jul. 2011.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

CARVALHO, Terciane Sabadini; ALMEIDA, Eduardo. **Revista Estudos Econômicos: A hipótese da curva de Kuznets ambiental global: uma perspectiva econométrico-espacial**. São Paulo, v.40, n.3, Sept. 2010. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612010000300004. Acesso em: 27 nov. 2011.

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CAVALCANTI, Clovis. **Revista Estudos Avançados: Concepções da economia**

ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. São Paulo, v.24, n.68, 2010.

ETHOS. Disponível em:

<<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3368&Alias=ethos&Lang=pt-BR/>>.

Acesso em: 21 ago. 2011.

FONTES, Alessandro Albino. **A Cadeia produtiva da madeira para energia**. 2005, 149f. Tese (Doutorado em Ciência florestal). Viçosa, MG: UFV, 2005.

FURTADO, Celso. 1974. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HILGEMBERG, Emerson Martins; BACHA, José Caetano. **A indústria brasileira de celulose de mercado e as pressões ambientais**. Revista Est. Econ. São Paulo, v.33, n.1, p. 143-148, janeiro-março. 2003.

INFO ESCOLA. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/ecologia/eco-92/>> Acesso em: 02 dez. 2010.

JUVENAL, Thais Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. **BNDES 50 Anos – Histórias setoriais: o setor de celulose e papel**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial04.pdf> Acesso: 07 jun. 2011.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

LOPES, José Zulmar. **Sustentabilidade: responsabilidades corporativas e governamentais**. 2007. Disponível em: <http://www.insadi.org.br/hr/GetArtigo.asp?ID=72>. Acesso em: 26 nov. 2011.

MAY, Peter H; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MONTEBELLO, Adriana Estela Sanjuan. **Configuração, reestruturação e mercado de trabalho do setor de celulose e papel no Brasil**. 2010. 173f. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, São Paulo, 2010.

MONTEBELLO, Adriana Estela Sanjuan; BACHA, Carlos José Caetano. Estrutura de mercado e desempenho da indústria brasileira de celulose: período de 1980 a 2005. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-104, 2007.

MOREIRA, Carlos de Arbués. **Desenvolvimento sustentável: um conceito no limiar da utopia**. Out.2005.

MORICOCCHI, Luiz; GONÇALVES, José Sidnei. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. **Revista informações econômicas**, SP, v.24, n.8, p. 27-35, ago. 1994.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Relatório da conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, junho de 1992 disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>> Acesso em: 15. set. 2011.

OUCHI, Carlos Hiroshi Côrtes. **Práticas de Sustentabilidade Corporativa No Brasil: uma análise do setor de papel e celulose**. 2006, 87f. Dissertação (Mestrado em Administração) Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2006.

PASSOS, Helga Dulce Bispo. **Indicadores de sustentabilidade: uma discussão teórico-metodológica**. 2008, 241f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA, UESC, 2008.

PEGADA DE CARBONO, 2011. Disponível em: <<http://www.pegadadecarbono.com/>>. Acesso em: 10 set. 2011.

PIOTTO, Zeila Chittolina. **Eco-eficiência na Indústria de Celulose e Papel: estudo de caso**. 2003, 379f. Tese - (Doutorado em engenharia), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

PÖYRY, 2011. Disponível em: < www.poyry.com.br/ >. Acesso em: 29 abr. 2011.

ROMEIRO, Ademar R. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. **Texto para Discussão**, IE/UNICAMP, Campinas, n. 68, abr. 1999.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Edição brasileira publicada em na série “Os Economistas”. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **BCE – Boletim de comércio exterior da Bahia: boletim anual**. v.1, 56.f. Salvador, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SUZANO, 2011. Disponível em < www.suzano.com.br/ >. Acesso em: 10 ago. 2011.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**, 3.ed. Rio Janeiro: Garamond, 2008.

VERACEL, 2011. Disponível em <www.veracel.com.br/>. Acesso em: 15 ago. 2011.